

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 044/2025

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, por intermédio de seu **Diretor Administrativo**, Sr. **Samir Moussa** torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei n.º **13.303**, de 30 de junho de 2016; bem como pelas disposições dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n.º **123**, de 15 de dezembro de 2006 e alterações; e pelo **Regulamento Interno de Licitações e Contratos**, aprovado pelo Conselho de Administração da COCEL, na data de 28 de junho de 2018 e publicado no Diário Oficial de Campo Largo, na data de 29 de junho de 2018, realizará o presente procedimento licitatório, visando à **contratação de empresa especializada para execução dos serviços de reforço e reforma da rede de distribuição de energia elétrica subterrânea localizada no calçadão da Rua XV de Novembro, no município de Campo Largo – PR, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessária à perfeita execução dos serviços**, em conformidade com as descrições e características constantes do ANEXO I do presente Edital de Licitação.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Procedimento Licitatório será realizado em **sessão pública**, no **modo de disputa aberto**, por **meio de videoconferência**.

1.2 A sessão pública por videoconferência será realizada **através do convite recebido no e-mail cadastrado no credenciamento**, com a seguinte mensagem **"junte-se a mim agora em minha sala presencial"**, devendo clicar em Entrar na reunião.

1.3 O e-mail para envio do convite deverá ser encaminhado junto com o envelope das documentações de **CREDENCIAMENTO**.

1.4 Os convites serão encaminhados na data de **18 de novembro de 2025** às 08h50min, **por meio do e-mail cadastrado no envelope do credenciamento**, considerando a abertura da Sessão às 09:00 horas do dia 18/11/2025.

1.5 Os documentos de habilitação dos vencedores serão digitalizados e encaminhados aos demais participantes para conferência da documentação, oportunizando-os efetuar eventual impugnação devendo manifestar-se se houver intenção de recurso durante a sessão virtual.

1.6 Por fim, todos os participantes confirmarão por e-mail que foi oportunizada a conferência dos documentos dos vencedores, bem como deixam de assinar todas as folhas e ata em decorrência da impossibilidade do procedimento virtual, mas que atestam a lisura da licitação.

1.7 Todos os documentos apresentados serão digitalizados e disponibilizados via internet, no sítio eletrônico da COCEL (http://www.cocel.com.br/licitações/licitações/contratos_e_convênios).

1.8 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, observado o interesse da COCEL, a finalidade e a segurança da contratação.

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





1.9 Os trabalhos serão conduzidos por empregado da COCEL, denominado **Agente de Licitação**, designado mediante Portaria expedida pela Diretoria Executiva, podendo ser auxiliado por equipe de apoio.

1.10 O **valor estimado** do contrato a ser celebrado será **sigiloso**, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

1.11 Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á do vencimento, sendo todos os prazos contados em dias úteis.

1.12 Na hipótese de alteração do presente edital, será enviada comunicação a todas as empresas que retiraram o instrumento, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), bem como, divulgado no site da COCEL.

1.13 Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes de Documentação Complementar e Propostas fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

1.14 Declarada a abertura da Sessão de Disputa de Preços pelo Agente de Licitação, não mais serão admitidos novos proponentes.

1.15 Limite para protocolar os envelopes de CREDENCIAMENTO, de PROPOSTA e de HABILITAÇÃO: até dia **17/11/2025** às **17h00min**, todos os interessados em participar do certame deverão protocolar os citados envelopes, na sede da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL.

1.16 Abertura das Propostas: 09:00 horas do dia 18/11/2025.

2. DO EDITAL

2.1 O edital desta licitação, aditamentos e esclarecimentos serão disponibilizados gratuitamente, no "site" www.cocel.com.br, no "link" licitações.

2.2 Constitui obrigação do proponente certificar-se periodicamente quanto à emissão de eventuais aditamentos e/ou esclarecimentos sobre este edital.

3. DO INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

Início da Sessão de Disputa de Preços: **18/11/2025**

HORA: 09:00 horas

LOCAL: **Sessão por videoconferência** transmitida da sala de reuniões da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL na Rua Rui Barbosa, nº 520, Centro, Município de Campo Largo – PR, CEP 83601-140.

4. DO OBJETO

4.1 Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de reforço e reforma da rede de distribuição de energia elétrica subterrânea localizada no calçadão da Rua XV de Novembro, no município de Campo Largo – PR, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessária à perfeita execução dos serviços, para a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-**

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





COCEL, conforme indicado no Anexo I deste Edital.

4.2 Os recursos destinados a esta **Licitação** estão previstos no Orçamento anual do exercício de 2025.

Item de projeto
155

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1 Somente poderão participar da presente Licitação as empresas regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

5.2 Não poderão participar desta Licitação, as empresas que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a União, Estado, Distrito Federal, Município ou por esta concessionária, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

5.3 Poderão participar do certame, todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições acima estabelecidas, bem como aquelas previstas para o credenciamento constantes deste Edital.

5.4 Na presente Licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

5.5 Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante para o mesmo lote.

5.6 Conforme determina o artigo 7º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela COCEL a empresa:

I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da COCEL;

II - suspensão pela COCEL;

III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pelo município de Campo Largo/PR, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

5.7 Aplica-se a vedação prevista no item 5.6:

I - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

- a)** diretor da COCEL;
- b)** empregado da COCEL cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- c)** Prefeito Municipal de Campo Largo/PR.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a COCEL há menos de 06 (seis) meses.

6. DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

6.1 Conforme dispõe o artigo 47, § 1º do Regulamento de Licitações e Contratos da COCEL, qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação, protocolando o pedido até **05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação**, no endereço sede da concessionária (Rui Barbosa, nº 520, Centro, Município de Campo Largo – PR) ou através do email licitacoes@cocel.com.br, devendo a COCEL julgar e responder à impugnação, em até 03 (três) dias úteis.

6.2 A impugnação feita tempestivamente não impedirá a licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

6.3 Compete à autoridade competente signatária do instrumento convocatório decidir as impugnações interpostas.

6.4 Se a impugnação for julgada procedente, a COCEL deverá:

I – Na hipótese de ilegalidade insanável, anular a licitação total ou parcialmente;

II – Na hipótese de defeitos sanáveis, corrigir o ato, devendo:

- a)** republicar o aviso da licitação pela mesma forma que se deu o texto original, devolvendo o prazo de publicidade inicialmente definido, exceto se a alteração no instrumento convocatório não afetar a participação de interessados no certame;
- b)** comunicar a decisão da impugnação a todos os licitantes que retiraram o edital.

6.5 Se a impugnação for julgada improcedente, a COCEL deverá comunicar a decisão diretamente ao Impugnante, dando seguimento à licitação.

6.6 As respostas dadas aos esclarecimentos serão comunicadas a todos os interessados e passam a integrar o instrumento convocatório na condição de anexo, disponibilizando-os, na Internet, no site www.cocel.com.br.

7. DO CREDENCIAMENTO (ENVELOPE Nº 01)

7.1 O **credenciamento para representação** é o procedimento voltado à identificação dos Licitantes e de seus representantes legais, quando aqueles forem pessoas jurídicas, por meio da comprovação da existência de poderes para a prática de todos os atos inerentes aos mais variados procedimentos praticados pela COCEL, em especial para a formulação de ofertas verbais por videoconferência e prática dos demais atos do certame.





7.2 A sessão pública por videoconferência será realizada através do convite recebido no e-mail cadastrado no credenciamento, com a seguinte mensagem **"junte-se a mim agora em minha sala presencial"**, devendo clicar em Entrar na reunião.

7.3 Para exercer o direito de ofertar lances, é obrigatória a participação da Licitante ou de seu representante, nas Sessões Públicas de videoconferência referentes à licitação.

7.4 A Licitante deverá encaminhar a documentação para credenciamento junto ao **Agente de Licitação (via CORREIOS, TRANSPORTADORAS, MOTOBOY ou PROTOCOLO NA SEDE DA COCEL)**, com apenas um Representante Legal ou através de Procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, **será o único admitido a intervir no procedimento licitatório**, no interesse da representada.

7.5 Consideram-se aptos os documentos mencionados no artigo 2º da Lei nº 12.037/2009.

7.6 O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

I - Se dirigente, proprietário, sócio, ou assemelhado da empresa Proponente deverá apresentar cópia do respectivo **estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, ou Inscrição de Firma Individual - FI ou Registro de Empresário-RE, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Obrigatória a apresentação de documento de identidade ou outro documento apto a tanto.

a) No caso de sociedade por ações, o documento referido deverá estar acompanhado da comprovação de eleição de seus administradores.

II - Se representante legal, deverá apresentar **instrumento público ou particular de procuração, ou Termo de Credenciamento**, outorgado pelo(s) representante(s) legal(is) da licitante, **com a firma(s) reconhecida(s)**, na forma da Lei, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar razões de recurso, assinar Ata e praticar todos os demais atos inerentes ao certame. Nesta hipótese, deverá a procuração/termo de credenciamento estar acompanhada do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa. **Obrigatória a apresentação de documento de identidade ou outro documento apto a tanto.**

7.7 Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o Termo de Credenciamento/Procuração para o representante da empresa, **a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.**

7.8 As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123/06, de 14/12/2006, deverão comprovar sua condição através da apresentação de **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ANEXO VIII)**, a qual deverá ser entregue ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento descritos neste artigo.

7.9 Efetuará a apresentação de **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





(ANEXO VI), a qual deverá ser encaminhado ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento.

7.10 A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada em envelope devidamente identificado "**DO CREDENCIAMENTO**", contendo os documentos indicados no item 7.6, bem como as Declarações (DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO e a DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE).

7.11 A não apresentação, incorreção do documento de credenciamento ou ausência do representante na Sessão de Videoconferência, não importará na desclassificação da sua proposta no presente certame, contudo, a proponente não poderá apresentar lances verbais, e nem fazer qualquer manifestação em nome da mesma na sessão de Licitação.

8. DOS ENVELOPES

8.1 Os envelopes com o "**CREDENCIAMENTO**" "**PROPOSTA DE PREÇOS**" e "**DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**", deverão ser entregues ao Agente de Licitação da COCEL, até a data, e horário estabelecidos no item **1.15** deste Edital, fechados por cola ou lacre, com as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End.: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR – CEP 83601-140

LICITAÇÃO n.º 044/2025.

Data de abertura: 18/11/2025.

Horário de abertura: 09:00 horas

Proponente:

CNPJ Nº:

E-mail para envio do link videoconferência:

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS:

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR. – CEP 83601-140.

LICITAÇÃO n.º 044/2025.

Data de abertura: 18/11/2025.

Horário de abertura: 09:00 horas

Proponente:

CNPJ Nº:

ENVELOPE Nº 03 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR. – CEP 83601-140.

LICITAÇÃO n.º 044/2025.

Data de abertura: 18/11/2025.

Horário de abertura: 09:00 horas

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



Proponente:

CNPJ Nº:

9. DO PREÇO MÁXIMO

9.1 Após a conclusão da etapa de lances, o preço final equalizado, com todos os tributos inclusos (ISS e demais impostos que possam incidir), não poderá ultrapassar o preço final ofertado.

9.2 Os proponentes deverão levar em conta para elaboração de suas propostas os fatores a seguir:

9.2.1 Toda a legislação aplicável e todas as condições previstas neste Edital e seus anexos.

9.2.2 O conhecimento dos serviços, bem como de todas as peculiaridades a eles relativos, principalmente periodicidade, horários, quantidades e locais. Não serão levadas em conta, durante a execução dos serviços, quaisquer reclamações que se baseiem no desconhecimento destas condições.

9.2.3 - Todos os custos, eventuais ou não, incidentes direta ou indiretamente sobre o objeto desta licitação, tais como: mão de obra, uniformes, materiais, equipamentos (inclusive de segurança), transporte, hospedagem, itens de alojamento, alimentação, mobilização, desmobilização, treinamento, medicina e segurança do trabalho, infraestrutura, verbas salariais (horas extras, intervalo interjornada ou intrajornada, descanso semanal remunerado - DSR, adicional noturno, adicional de periculosidade e/ou insalubridade, etc.), convênios, seguros, despesas administrativas, perdas eventuais, encargos sociais, tributos, lucros e demais encargos necessários para a perfeita execução do objeto contratual.

9.2.4 A Matriz de Riscos anexa a este Edital, que tem o propósito de identificar riscos, quantificá-los, distribuí-los, de modo equilibrado, adequado e de acordo com a natureza dos riscos e obrigações contratuais entre os contratantes.

10 DOS TRIBUTOS E TAXAS

10.1 DO ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇO

10.1.1 A proponente vencedora será responsável pelo recolhimento do ISS - Imposto Sobre Serviço, observando-se a alíquota legal do município de Campo Largo – PR, onde se localiza o serviço objeto da presente Licitação.

10.1.2 A proponente vencedora deverá recolher o ISS - Imposto Sobre Serviço, com base na alíquota prevista na legislação tributária do município de Campo Largo – PR, onde se realizarão os serviços e comprovar o recolhimento perante a COCEL para liberação da fatura, sujeito a confirmação por esta.

10.1.3 A não apresentação da guia de recolhimento devidamente autenticada pelo agente arrecadador e em original acompanhada de cópia, confere à COCEL o direito de fazer a retenção com base na alíquota legal do município de Campo Largo – PR.



10.2 - DO ALVARÁ DE LICENÇA OU TAXA DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO DA OBRA E/OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

10.2.1 - Fica a cargo da proponente vencedora a obrigação relativa ao recolhimento de taxas de alvará de licença e/ou taxa de licença para construção da obra quando exigidos pela legislação municipal, devendo estas ser consideradas no preço a ser apresentado na licitação.

10.2.2 - Havendo embargos impeditivos quanto a realização ou continuidade da obra, por parte de órgão fiscalizador do município, deverá a proponente contratada tomar as providências necessárias que o caso exigir, para a liberação da obra, evitando atraso na sua conclusão.

10.2.3 - O atraso na conclusão da obra, decorrente de inércia da proponente contratada, quanto ao desembaraço dos embargos referidos no item anterior, não confere qualquer direito de indenização à proponente contratada pelos dias de atraso da obra contratada.

10.2.4 - Ocorrendo atraso na conclusão da obra, decorrente de inércia da proponente contratada, quanto ao desembaraço dos embargos anteriormente mencionados, com prejuízo para a Administração Pública, ficará a proponente contratada obrigada a indenizar os prejuízos devidamente comprovados, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, após notificação por escrito da contratante.

10.3 - DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

10.3.1 - A proponente vencedora será responsável pela Contribuição Social, a qual deverá fazer parte da proposta a ser apresentada na data designada para abertura da licitação, observando-se a alíquota legal na forma da legislação previdenciária atual, que incidirá sobre o valor da mão de obra utilizada nos serviços objeto da presente Concorrência.

10.4 - DOS DEMAIS TRIBUTOS E TAXAS INCIDENTES SOBRE A OBRA

10.4.1 - A proponente vencedora será responsável pelo recolhimento e comprovação de todos os demais tributos incidentes sobre a obra ou serviço objeto da presente licitação, devendo, quando exigido, exibir o comprovante de recolhimento à COCEL, devendo para tanto, considerar na proposta a ser apresentada.

11. DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE N.º 2)

11.1 O envelope "PROPOSTA DE PREÇO" deverá conter a proposta da proponente, a qual deverá ser apresentada conforme modelo de proposta (Anexo IX), observando-se as seguintes disposições:

a) Ser apresentada em uma via, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado do proponente ou identificada com o n.º do **CNPJ**, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo suas folhas ser numeradas e rubricadas e a última assinada por seu representante legal;



b) Os preços propostos deverão ser expressos em Real (R\$), em algarismos e por extenso, devendo ser apresentado o valor unitário e o valor total de cada item, não se admitindo cotação em moeda estrangeira;

c) No(s) preço(s) proposto(s) e nos lances que oferecer, já deverá estar incluído todos os custos necessários para o fornecimento do(s) objeto(s) da licitação, bem como todos os impostos, ICMS substituição, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado;

d) Conter prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da abertura da referida proposta;

e) O preço constante da proposta deverá ser cotado com apenas duas casas após a vírgula.

11.2 Apenas para efeito de ordenamento de valores das propostas, ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.

11.3 Os preços iniciais propostos serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE N.º 3)

12.1 Do **envelope n.º 03 – “DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO”**, deverão constar os seguintes documentos, válidos na data de abertura desta licitação:

12.1.1 Para comprovação da **habilitação jurídica**:

I - Cédula de Identidade e prova de inscrição no CPF – Cadastro de Pessoa Física, no caso de licitante pessoa física;

II – Prova de inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

III – Registro Comercial, no caso de empresa individual (Empresário);

IV - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais (Sociedade Empresária), acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;

V - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis (Sociedade Simples), acompanhada de prova de diretoria em exercício;

VI - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

VII - documentos (RG e CPF) dos sócios e administradores.

§1º A documentação requerida relativa à habilitação jurídica, salvo a exigida nos incisos I, II e III, pode ser substituída pela Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, para firmas individuais (Empresário) ou sociedades mercantis (Sociedade empresária), ou

Certidão em breve relatório expedida pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas para Sociedades Civis.

§2º A documentação apresentada na fase do credenciamento, no subitem **7.6**, é dispensada da apresentação **em duplicidade** no envelope de documentação.

§3º O Objeto Social especificado nos documentos acima, determina a participação da Empresa nas licitações promovidas pela COCEL, devendo ser totalmente compatível com o objeto licitado.

12.1.2 Para comprovação da regularidade fiscal:

I – Prova de regularidade com o **INSS**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

II – Prova de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), e

III - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

12.1.3 Para comprovação da qualificação técnica:

I - Atestado de Capacidade Técnica da empresa, emitido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, que comprove experiência da proponente na execução de serviços de engenharia de características compatíveis com o objeto desta licitação.

a) Os Atestados deverão vir acompanhados da correspondente Certidão de Acervo Técnico registrado no CREA/CAU;

b) Prova de inscrição da empresa e do responsável técnico no CREA/CAU de origem;

c) Acervo Técnico do responsável técnico, expedido pelo CREA, que comprove experiência do profissional na execução de serviços de engenharia de características compatíveis com o objeto desta licitação;

d) Cópia autenticada do registro em carteira profissional, ou contrato de prestação de serviço, ou contrato social comprovando o vínculo do responsável técnico com a proponente;

e) Certidão do Registro de Pessoa Jurídica, constando os nomes dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, emitida pelo CREA/CAU. A responsabilidade técnica será de um profissional habilitado, o qual deverá ser **Engenheiro Eletricista**.

12.1.4 Para a comprovação da qualificação econômica e financeira:

I - Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

II - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

§1º Quanto às demonstrações contábeis, entende-se que estas serão “apresentadas na forma da Lei” nas seguintes situações e condições:

I - As Demonstrações Contábeis devem conter o Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado;

II - As empresas que publicam suas Demonstrações Contábeis na imprensa Oficial poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;

III - As empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital, tais como: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do livro digital e o Recibo de entrega do livro digital.

IV - As empresas constituídas no Exercício em curso deverão enviar cópia do último Balancete de Verificação, devidamente assinado pelo Profissional Contábil e Representante Legal da Empresa.

V - Até 30 de abril serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória à apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;

VI - Para as empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), fica prorrogado até o dia 30 de junho a aceitabilidade das Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado;

VII - O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa.

§2º As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresas constituídas no exercício em curso.

§3º Para microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no SIMPLES, a exigência pertinente a balanço patrimonial será atendida mediante a apresentação do resumo de suas demonstrações contábeis.

§4º A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

VIII - A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de **Liquidez Geral** (LG), **Solvência Geral** (SG) e **Liquidez Corrente** (LC), **devendo os referidos índices apresentar valores maiores que um inteiro (>1)**, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

VIII - O Balanço Patrimonial deverá vir acompanhado da demonstração dos resultados calculados conforme os índices abaixo:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1.0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILC =$$

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (IGL) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$IGL = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

Índice de Liquidez Corrente (LC) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$\bullet \text{ Liquidez Corrente (LC)} \\ \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Grau de Endividamento (GE) igual ou inferior a 0,80 (zero vírgula oitenta) apurado pelo quociente:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

a) O cálculo dos índices deverá ser apresentado pela proponente por meio de declaração assinada por responsável pela empresa e pelo contador.

✓ Os índices serão calculados com duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculo juntado ao balanço.

12.2 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

12.2.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, mediante cópia autenticada por cartório competente ou por empregado da COCEL, membro da Comissão de Licitação, por publicação em órgão da imprensa oficial ou obtidos pela internet em sítios oficiais do órgão emissor.

12.2.2 Somente os documentos de comprovação de habilitação jurídica **(12.1.1)**, regularidade fiscal **(12.1.2)** e qualificação econômica e financeira **(12.1.4)** poderão ser substituídos, total ou parcialmente, pelo **Certificado de Registro Cadastral – CRC da COCEL, desde que apresentado dentro do envelope de habilitação**.

12.2.3 Os proponentes ficam obrigados a apresentar, na fase de habilitação do procedimento licitatório, os documentos válidos em substituição àqueles que estejam vencidos e que deram origem à emissão do Certificado de Registro Cadastral da COCEL (CRC), e os documentos de comprovação de comprovação da qualificação técnica **(12.1.3)**.

12.2.4 Constatada a ausência de algum documento de regularidade indicado no item regularidade fiscal **(12.1.2)**, a **COCEL** poderá juntar o documento faltante ao processo, desde que ele possa ser emitido via internet e sem ônus para a **COCEL**, devendo-se registrar em ata a ocorrência.

12.2.5 As certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária, desde que assim instituídas pelo órgão emissor, poderão ser emitidas pela internet, sendo válidas independentemente de assinatura ou chancela de servidor dos órgãos emissores, mas sujeito a verificação da autenticidade pela rede de comunicação, perante o órgão emissor.

12.2.6 A inabilitação da licitante importa a perda do direito de participar das fases seguintes.

12.2.7 Para os documentos sem prazo de validade, será considerado o prazo de **60 (sessenta) dias** a partir da data de sua expedição, com exceção do CNPJ e da Certidão Simplificada cujos documentos consideramos validade indeterminada.

12.2.8 Poderá ser solicitada a comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, mediante, dentre outros documentos, de cópia do respectivo contrato, endereço da contratante e local em que foram prestados os serviços.

12.2.9 As empresas que não apresentarem todos os documentos exigidos, ou apresentarem incompletos, incorretos, **serão consideradas inabilitadas**, salvo a exceção prevista no item 12.2.4 e que não seja possível diligência.

12.2.10 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição:

a) Conforme dispõe o artigo 43 da LCP 123/06, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

b) A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, assinatura do contrato ou revogar a licitação.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

13.1 Declarada aberta a **Sessão de Videoconferência** pelo Agente de Licitação, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início aos trabalhos da Licitação.

13.2 Primeiramente serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, sendo verificada sua conformidade, de acordo com os requisitos estabelecidos neste Edital, **sendo desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.**



13.3 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Licitação.

13.4 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

13.5 Os documentos e propostas serão rubricados pelo Agente de Licitação e equipe de apoio, digitalizados e encaminhados aos demais participantes.

13.6 Em havendo necessidade de diligência, a Comissão de Licitação poderá suspender a sessão para analisar os documentos e as propostas, marcando, na oportunidade, nova data e local a fim de dar prosseguimento aos trabalhos.

13.7 O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder da Comissão Permanente de Licitação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do mesmo.

14. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

14.1 Considerando a adoção do modo de **disputa aberta**, as licitantes apresentarão **lances verbais públicos e sucessivos**, de forma individual, obedecendo à **sequência decrescente dos valores das propostas**, até a proclamação da vencedora.

14.2 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, a ordem para determinação de oferta dos lances será definida pelo sistema.

14.3 É vedada a oferta de lance intermediário e ou com vistas ao empate.

14.4 Dada a palavra à Licitante, esta disporá de 05 (cinco) minutos para apresentar nova proposta.

14.5 A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão da Licitante da disputa de lances, e a manutenção do último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

14.6 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Agente de Licitação, **as Licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances**.

14.7 Será dado o direito de preferência para **MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, desde que seu último lance esteja no intervalo de **10% (dez por cento)** superior ao melhor preço, conforme determina o art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06.

14.8 A Proponente não poderá desistir de lance já ofertado sujeitando-se às penalidades constantes neste Edital.

14.9 Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, **será promovida a verificação de sua efetividade**, promovendo-se a desclassificação daquelas que:

I - contenham vícios insanáveis;

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





II - descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

III - apresentem preços manifestamente inexequíveis;

IV - após esgotada a fase de lances e de negociação, se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;

V - não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela COCEL;

VI - apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

14.10 A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.

14.11 A COCEL poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, na forma do inciso V do item 14.9.

14.12 A eventual incorreção na planilha de custos e formação de preços constitui mera irregularidade e, superada posteriormente, desde que sem alteração do preço global, não impede a habilitação, conforme prevê o art. 55 §1º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, o qual prevê a possibilidade de diligência destinada a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo e na forma do item 15.11.

15. CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

15.1 O critério de julgamento da presente licitação é o **MENOR PREÇO**.

16. DA NEGOCIAÇÃO E DA DECLARAÇÃO DE VENCEDORA

16.1 Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, **o Agente de Licitação deverá negociar condições mais vantajosas com quem a apresentou.**

16.2 A negociação deverá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

16.3 O Agente de Licitação poderá revelar nesta fase de negociação o valor do orçamento estimado.

16.4 Se depois de adotada a providência referida no item anterior, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

16.5 Sendo aceitável a proposta, será aberto o **Envelope nº 03** contendo a **"DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO"**, para confirmação das suas condições habilitatórias.

16.6 Constatado o atendimento pleno das exigências do Edital, **será declarada a Proponente vencedora do certame.**



16.7 A proponente vencedora deverá apresentar, em até 03 (três) dias úteis após o comunicado de vencedora do certame, a PROPOSTA COMERCIAL redigida em português, assinada pelo seu representante legal, devidamente identificada, com os respectivos valores ajustados ao valor adjudicado (menor preço) na sessão pública de Licitação, em papel timbrado ou personalizado, contendo razão social completa do proponente, endereço, telefone e e-mail da empresa, através do e-mail licitacoes@cocel.com.br, ou no seguinte endereço:

DIVISÃO DE LOGÍSTICA E COMPRAS
COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL
RUA RUI BARBOSA, Nº 520, CENTRO, CAMPO LARGO – PR

16.8 Da Sessão lavrar-se-á Ata circunstanciada na qual será registrada ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Agente de Licitação e pela equipe de apoio.

17. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

17.1 Declarada a vencedora do certame, o Agente de Licitação efetuará a adjudicação do objeto a vencedora.

17.2 Em havendo interposição de recurso, o ato de adjudicação deverá ser efetivado pelo Diretor Administrativo, na condição de autoridade competente.

17.3 Estando o processo licitatório regularmente formado e desenvolvido, o Diretor Administrativo irá homologá-lo.

17.4 A homologação do resultado implica a constituição de direito subjetivo líquido e certo relativo à celebração do contrato em favor do licitante adjudicatário, observados os termos e condições fixados no instrumento convocatório e em sua proposta ou lance.

18. DOS RECURSOS

18.1 O procedimento licitatório terá fase recursal única.

18.2 Os licitantes poderão apresentar recurso **no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a habilitação**, o qual contemplará, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados na fase de julgamento das propostas de preço.

18.3 A intimação dos atos referidos no item anterior será feita mediante publicação no site da COCEL, no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo, bem como, realizada a comunicação direta aos licitantes, salvo se presentes os prepostos de todos os licitantes participantes do certame no ato em que foi adotada a decisão, caso em que a comunicação será lavrada em ata.

18.4 O recurso que versar sobre habilitação/inabilitação ou sobre classificação/desclassificação de propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.



18.5 Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar **contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.**

18.6 Os autos deste processo permanecerão franqueados aos interessados.

18.7 O recurso e as contrarrazões serão dirigidos ao Agente de Licitação que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade, podendo reconsiderar ou não a decisão recorrida no prazo de 05 (cinco) dias úteis e, independentemente de sua decisão, fazê-lo subir à segunda instância administrativa, devidamente informado, cabendo à autoridade superior proferir a decisão final no prazo de 05 (cinco) dias úteis do seu recebimento.

18.8 As decisões dos recursos interpostos deverão ser intimadas diretamente aos licitantes por meio eletrônico, além de serem publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo – PR, bem como, realizada a comunicação no site da COCEL.

18.9 O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19. DO CONTRATO

19.1 Será firmado contrato entre a COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL e a empresa vencedora, conforme minuta anexa a este Edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da intimação para assinatura do mesmo, relativo ao fornecimento do objeto deste Edital.

19.2 Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo proponente vencedor que tenham servido de base para a presente licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

19.3 Caso a empresa vencedora venha a desistir da assinatura do Contrato, no prazo estabelecido no item 19.1, a COCEL reserva-se no direito de aplicar, no que couber, as sanções previstas no artigo 207 do Regulamento de Licitações e Contratos da COCEL.

19.4 É facultado à COCEL, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidos:

I - convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório;

II - revogar a licitação.

19.5 Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

19.6 No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar Instrumento Público ou Particular de Mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social.

19.7 O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo.

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 A Licitante que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Edital, ficará sujeita às penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, respeitando-se os princípios do contraditório e da ampla defesa.

20.1.1 Serão consideradas condutas passíveis de aplicação de penalidades, ao proponente, dentre outras, se cabíveis:

- a) desistência da proposta ofertada, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo COCEL – multa de 10% (dez por cento);
- b) não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do Contrato ou retirada do instrumento equivalente – multa de 15% (quinze por cento);
- a) apresentar documento ou declaração falsa – 20% (vinte por cento);
- b) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação – 20% (vinte por cento);
- e) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo – 20% (vinte por cento); e
- f) interposição de recursos meramente procrastinatórios - Multa de 5% (cinco por cento).

20.2. As multas serão calculadas sobre o valor global da proposta.

20.3. Ocorrendo mais de uma infração, as multas serão cumulativas até o limite de 40% (quarenta por cento), e não eximem a possibilidade da aplicação da penalidade de suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a COCEL, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

21. DO PAGAMENTO E DOS PRAZOS

21.1 O pagamento pela prestação dos serviços objeto da presente licitação será efetuado no 8º (oitavo) dia útil do mês subsequente ao da execução do serviço e/ou materiais fornecidos e da entrega da Nota Fiscal na sede da COCEL, conforme medição e aceite pela inspeção da **COCEL**.

21.2 O prazo para execução dos serviços objeto da presente licitação inicia-se na data da assinatura do contrato, com vigência de 4 (quatro) meses.

22. DA INDICAÇÃO DO AGENTE DE LICITAÇÃO

22.1 O **Agente de Licitação** responsável pela presente Licitação será a Sra. **Ana Laura Lagner**, designada pela Portaria n.º 007/2025, de 14/07/2025.

22.2 Na ausência do Agente de Licitação responsável, a presente Licitação será conduzida e julgada por um dos empregados públicos designados pela Portaria **n.º 007/2025**, de 14/07/2025.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, serão partes integrantes do instrumento contratual, independentemente de transcrição.

23.2 As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.3 Nenhuma indenização será devida as proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação exigida pelo presente Edital, cujo desconhecimento não poderá alegar.

23.4 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

23.5 O Diretor Presidente da COCEL poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

23.6 Os recursos ou impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

23.7 É facultado à Comissão de Licitação e ao Agente de Licitação, em qualquer fase do certame, promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

23.8 A Comissão de Licitação e o Agente de Licitação poderão conceder aos Licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para a juntada posterior de documentos cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação da proposta.

23.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Licitação.

23.10 As normas que disciplinam esta Licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público e a segurança jurídica da contratação.

23.11 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.12 Para as proponentes que se enquadram na Lei Complementar nº 123/2006, como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, será observado o regime diferenciado em conformidade com os artigos 42 a 49 do referido diploma legal.

23.13 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da COCEL, especialmente designado pelo Diretor Presidente.

23.14 A fiscalização será exercida no interesse da COCEL e não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.



23.15 A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário sobre o objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

23.16 Será competente o Foro da Comarca de Campo Largo - PR, para solução das questões oriundas do presente Edital.

23.17 Aos casos omissos aplicam-se as demais disposições da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

24. DA PUBLICIDADE

24.1 O Aviso deste Edital e os demais atos relativos à publicidade do certame, conforme o caso, serão publicados no site da COCEL – www.cocel.com.br.

25. DAS INFORMAÇÕES

25.1 Divisão de Logística e Compras – Sede da COCEL – Rua Rui Barbosa, nº 520, Campo Largo – PR, fone (41) 3032-9214, 3032-9222 ou 3032-9244, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00; no site da COCEL – www.cocel.com.br; ou através do email: licitacoes@cocel.com.br.

Campo Largo, 23 de outubro de 2025.

SAMIR MOUSSA
Diretor Administrativo

ANEXOS:

- **Anexo I** – Termo de Referência;
- **Anexo II** - Relação de materiais da obra
- **Anexo III** - Relação de atividades de mão de obra
- **Anexo IV** - Fotos internas dos quadros de distribuição pedestal (qdp) existentes
- **Anexo V** - Projetos elétricos
- **Anexo VI** – Modelo de Declaração de Idoneidade, de cumprimento dos requisitos de habilitação, e de inexistência de fato impeditivo;
- **Anexo VII** - Modelo de Procuração de representante legal para credenciamento;
- **Anexo VIII** - Declaração de Microempresa e ou Empresa de Pequeno Porte;
- **Anexo IX** – Modelo para apresentação da Proposta;
- **Anexo X** – Minuta do Contrato Estatal;
- **Anexo XI** – Manual de Segurança e Medicina do Trabalho.
- **Anexo XII** – Check list - Frente de trabalho;
- **Anexo XIII** – Registro de Acidentes com Contratados;
- **Anexo XIV** – Planilha de Registro de Acidentes com Contratados;
- **Anexo XV** – Matriz de Risco

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto do **Edital de Licitação n.º 044/2025**, a contratação de empresa para prestação de serviço, contemplando:

ITEM ÚNICO

1. Objeto

Contratação de empresa de engenharia especializada para execução dos serviços de reforço e reforma da rede de distribuição de energia elétrica subterrânea localizada no calçamento da Rua XV de Novembro, no município de Campo Largo – PR, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessária à perfeita execução dos serviços, conforme especificações técnicas estabelecidas neste documento.

2. Justificativa

A rede de distribuição subterrânea localizada no calçamento da Rua XV de Novembro foi construída em 2013 e, desde então, passou por aumento significativo da demanda elétrica na região. Além disso, observa-se a deterioração natural dos materiais ao longo do tempo. Dessa forma, faz-se necessária a realização de melhorias e reforços na infraestrutura existente, de modo a garantir a adequação da rede ao aumento de carga, a segurança operacional e a continuidade no fornecimento de energia elétrica.

3. Local de Execução/Entrega

Os serviços objeto deste Termo de Referência serão executados na Rua XV de Novembro, no município de Campo Largo – PR, abrangendo as três quadras compreendidas entre a Rua Dom Pedro II e a Rua Gonçalves Dias, incluindo toda a extensão das calçadas, caixas de passagem e pontos de acesso à rede subterrânea existentes no trecho.

4. Especificações Técnicas do Objeto

4.1 Serviços a serem executados

4.1.1 Substituição dos Quadros de Distribuição Pedestal

Deverá ser realizada a substituição integral dos nove **(9) Quadros de Distribuição de Pedestal (QDP)** existente no trecho da obra que estão instalados sobre a superfície do calçamento e embutidos em caixas de alvenaria. Para a execução deste serviço será necessário:

- Desconectar todos os ramais de ligação dos consumidores;
- Quebrar a caixa de alvenaria onde o quadro se encontra embutido;
- Substituir o Quadro de Distribuição por unidade nova, conforme especificação do projeto;
- Reconstruir as caixas de alvenaria que revestem os QDPs;

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





- Reconectar todos os ramais de ligação dos consumidores, restabelecendo o funcionamento adequado da rede;
- Identificar corretamente todos os ramais de ligação dos consumidores de cada QDP de acordo com a numeração predial dos consumidores. A identificação deverá ser feita através de anilhas similares às existentes atualmente.

4.1.1.1 O Diagrama Unifilar de cada QDP está disponível no Projeto Elétrico **Anexo**;

4.1.1.2 As fotos internas QDPs estão no **Anexo 3**.

4.1.2 Reforço no tronco do Transformador nº 2714

Executar uma nova descida no Poste nº 1, com eletroduto de 100 mm até a Caixa nº 10 (existente) localizada no pé do poste. A partir daí, deverá ser lançado um conjunto de cabos 185 mm² no trecho compreendido entre o Transformador nº 2714 e a Caixa de Passagem nº 1 (existente), passando pela Caixa nº 10, incluindo todas as conexões necessárias. O banco de dutos entre a Caixa nº 10 e a Caixa nº 1, onde serão lançados os novos condutores, já é existente.

Ver Projeto Elétrico Anexo V.

4.1.3 Reforço no tronco do Transformador nº 3957

Executar uma nova descida no Poste nº 2, com eletroduto de 100 mm até a Caixa nº 9 (existente) localizada no pé do poste. A partir daí, deverá ser lançado um conjunto de cabos 185 mm² no trecho compreendido entre o Transformador nº 3957 e a Caixa de Passagem nº 2 (existente), passando pela Caixa nº 9, incluindo todas as conexões necessárias. O banco de dutos entre a Caixa nº 9 e a Caixa nº 2, onde serão lançados os novos condutores, já é existente.

Ver Projeto Elétrico Anexo V.

4.1.4 Caixas de Alvenaria

Realizar o desmonte das caixas de alvenaria que revestem os QDPs, de forma a possibilitar a retirada dos equipamentos existentes. Após a substituição dos quadros, **deverão ser reconstruídas integralmente** todas as **caixas de alvenaria**, garantindo **acabamento** adequado, **alinhamento com o calçamento** e condições estruturais compatíveis para a proteção e fixação dos novos quadros.

4.2 Materiais

Parte dos materiais necessários à execução dos serviços será fornecida pela Contratante, enquanto os demais deverão ser obrigatoriamente fornecidos pela Contratada.

A relação completa dos materiais envolvidos na obra, com a devida indicação de responsabilidade quanto ao fornecimento (Contratante ou Contratada), encontra-se no **Anexo 1** deste Termo de Referência.

Além dos materiais destinados à execução direta dos serviços, a Contratada deverá fornecer também materiais de reserva, em quantidades especificadas na relação constante do





Anexo 1, de forma a assegurar a reposição imediata em caso de necessidade durante a execução da obra ou em eventuais manutenções posteriores.

Todos os materiais fornecidos pela Contratada deverão estar em conformidade com as normas técnicas vigentes, em especial as normas **ABNT e NBR** aplicáveis, atendendo integralmente aos requisitos de qualidade, desempenho e segurança estabelecidos para instalações elétricas subterrâneas.

Os terminais bimetálicos à compressão deverão, obrigatoriamente, atender às **Especificações Técnicas COCEL 150 (ET.COCEL 150)**, disponíveis no site oficial da COCEL (www.cocel.com.br).

4.3 Mão de Obra e Equipamentos

A Contratada deverá fornecer, de forma integral, toda a mão de obra especializada e os equipamentos necessários à execução dos serviços descritos neste Termo de Referência.

Os desligamentos de energia elétrica indispensáveis para a realização das atividades deverão ser solicitados pela Contratada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sendo obrigatoriamente programados para os domingos, de modo a minimizar transtornos ao comércio local.

A relação detalhada das atividades envolvidas na obra encontra-se descrita no **Anexo 2** deste Termo de Referência.

4.4 Padrões de Execução e Qualidade

4.4.1 Conformidade Normativa

Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as **normas técnicas da ABNT/NBR vigentes**, bem como demais legislações aplicáveis à área de energia elétrica, segurança do trabalho e instalações subterrâneas.

4.4.2 Critérios de Aceitação dos Serviços

A aceitação dos serviços será condicionada à verificação do atendimento às especificações do projeto executivo, aos requisitos deste Termo de Referência e às normas técnicas pertinentes. Serviços executados em desacordo poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, pela fiscalização, cabendo à Contratada providenciar, às suas expensas, a devida correção.

4.4.3 Garantia de Qualidade

A Contratada deverá assegurar a qualidade, durabilidade e confiabilidade dos serviços executados e dos materiais aplicados, respondendo por eventuais falhas decorrentes de má execução, uso inadequado de materiais ou descumprimento das normas técnicas.

A Contratada deverá oferecer **garantia mínima de 1 (um) ano** para todos os serviços realizados, contados a partir da data de recebimento definitivo da obra, comprometendo-se a executar, sem ônus adicional para a Contratante, todas as correções ou reparos necessários dentro desse período.



4.4.4 Segurança e Continuidade Operacional

Deverão ser observados todos os procedimentos de segurança do trabalho, com especial atenção à prevenção de acidentes e à proteção de transeuntes e comerciantes da região. A execução deverá buscar sempre a continuidade operacional da rede elétrica, reduzindo ao mínimo possível os períodos de interrupção no fornecimento de energia.

4.4.5 Fiscalização dos Serviços

Compete à Contratante estabelecer os critérios de fiscalização da execução contratual, os quais deverão ser integralmente atendidos pela Contratada, que deverá garantir amplo acesso dos fiscais às suas dependências, veículos e pessoal. A fiscalização terá a prerrogativa de rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desconformidade com as especificações técnicas, normas aplicáveis ou condições contratuais.

5. Prazo de Execução/Entrega

O prazo máximo para a execução integral dos serviços objeto deste Termo de Referência será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Contratante.

A Contratada deverá apresentar um cronograma detalhado de execução, contemplando todas as etapas dos serviços, incluindo substituição de equipamentos, obras civis, lançamentos de cabos, conexões e testes finais, o qual deverá ser aprovado pela fiscalização da Contratante antes do início das atividades.

Eventuais prorrogações de prazo somente poderão ser admitidas em situações excepcionais, devidamente justificadas e autorizadas pela Contratante, observada a legislação aplicável.

6. SEGURANÇA

- 1** Fornecer gratuitamente e exigir dos seus empregados a utilização de uniforme e dos equipamentos de segurança individuais e coletivos.
- 2** Obedecer às exigências do Código de Trânsito Brasileiro, em relação ao transporte de pessoas, equipamentos e materiais.
- 3** Sinalizar adequadamente os locais onde estiverem sendo executados os serviços, conforme as exigências do Código de Trânsito Brasileiro, as Normas de Segurança e as Normas da COCEL, correspondentes.
- 4** Identificar os veículos empregados na execução do objeto deste contrato com a sua logomarca e fixar, somente durante o prazo de execução, os adesivos com a inscrição "a serviço da COCEL" adquiridos pela CONTRATADA conforme especificado pela COCEL.
- 5** Solicitar imediatamente a presença da fiscalização da COCEL em caso de acidentes em serviços ou que causem danos em bens de terceiros, para que sejam tomadas as devidas providências.
- 6** Suspender imediatamente os serviços sempre que assim determinado por qualquer empregado da COCEL, devidamente identificado, com o intuito de sanar risco individual ou



coletivo detectado. Quando não for possível sanar o risco, deverá paralisar definitivamente os serviços.

7 Preencher e apresentar à COCEL, até o dia 15 (quinze) de cada mês, a planilha de registro de acidentes de trabalho com seus empregados, integrante ao Guia de Orientações de Segurança e Saúde do Trabalho para Empresas Contratadas, referente à informação de acidentes do mês anterior.

8 Em caso de ocorrência de acidentes do trabalho, deverão ser apresentados à COCEL o Formulário de Registro de Acidentes com Empreiteiras – RGE e a Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT, integrante ao Guia de Orientações de Segurança e Saúde do Trabalho para Empresas Contratadas, bem como a Ata da Reunião Extraordinária da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA da CONTRATADA.

7. PENALIDADES

O não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato, garantida a prévia defesa na forma da lei, sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

1. Multas relativas à execução dos serviços:

- a)** Dez por cento (10%) do valor do contrato, por comparecer ao local dos serviços com deficiência de equipamentos de segurança, ferramental, veículos e/ou pessoal necessários à execução adequada dos serviços.
- b)** Dez por cento (10%) do valor do contrato, por falha na execução de serviços que reflitam em desligamento do sistema de distribuição de energia elétrica.
- c)** Cinco por cento (5%) do valor do contrato para cada serviço realizado em desacordo com as normas estabelecidas pela COCEL.
- d)** Dez por cento (10%) do valor do contrato, por infringir dos deveres de sigilo e confidencialidade, sem prejuízo das demais sanções civis e penais correspondentes.
- e)** A não suspensão ou paralisação dos serviços, quando assim determinado por qualquer empregado devidamente identificado da COCEL, poderá incorrer, após análise realizada pela contratante, em multa no valor de 3% (três por cento) do valor do contrato ou rescisão contratual, dependendo da gravidade do fato.

2. Multas por inexecução do contrato:

- a)** Dez por cento (10%) sobre o valor do contrato, por inexecução total, inclusive quando motivada pela reprova na inspeção;
- b)** Dez por cento (10%) sobre o saldo do valor do contrato, por inexecução parcial;
- c)** Três por cento (3%) sobre o valor do contrato, em decorrência do descumprimento de quaisquer das demais obrigações assumidas, sobre as quais já não se tenha estabelecido penalidade.
- d)** Advertências por escrito, em decorrência do descumprimento de quaisquer obrigações assumidas.

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



- e) Impedimento de participação em licitações no âmbito da COCEL, com a possibilidade de suspensão cadastral, por inexecução total ou parcial do contrato, em especial pelo descumprimento das obrigações contidas no Guia de Orientações de Segurança e Saúde do Trabalho para Empresas Contratadas.
- i. A aplicação de multas e eventuais danos ou prejuízos causados à COCEL serão objeto de notificação e seu valor será deduzido dos pagamentos que esta vier a fazer à CONTRATADA. Não havendo crédito ou se for este insuficiente para cobrir a importância devida, deverá a CONTRATADA efetuar imediatamente o recolhimento do saldo devedor, através de fatura emitida para este fim específico.
 - ii. Os motivos de casos fortuitos ou de força maior deverão ser devidamente comunicados à COCEL e comprovados dentro de cinco dias a partir de sua ocorrência, para que possam ser analisados e considerados válidos, a critério da COCEL.
 - iii. A aplicação de penalidades à CONTRATADA por órgãos externos competentes, relativas à execução do objeto deste contrato, poderá ensejar a adoção de medidas pela COCEL, inclusive a rescisão contratual.
 - iv. As penalidades aplicadas serão objeto de anotação no registro cadastral da COCEL, influenciando na habilitação para futuras contratações.
 - v. As multas estabelecidas nesta cláusula serão aplicadas ressalvada a responsabilização da CONTRATADA por eventuais prejuízos excedentes, nos termos do artigo 416, parágrafo único, da Lei n.º 10406 de 10.01.2002 (Código Civil Brasileiro), cujo valor será apurado em ação própria e na fase processual adequada, caso não haja consenso entre as partes.
- Os veículos utilizados para a prestação de serviços devem ser identificados com adesivos ou semelhantes em que conste "A SERVIÇO DA COCEL", assim como o logotipo da COCEL.

8. PRAZO DE PAGAMENTO: O pagamento pela prestação dos serviços objeto da presente licitação será efetuado no 8º (oitavo) dia útil do mês subsequente ao da execução do serviço e/ou materiais fornecidos e da entrega da Nota Fiscal na sede da COCEL, conforme medição e aceite pela inspeção da **COCEL**.

ANEXO II

RELAÇÃO DE MATERIAIS DA OBRA

LISTA DE MATERIAIS						
Cod. COCEL	Quantidade Materiais		Fornecimento	Un.	Descrição	Fornecedor
	Projeto	Reserva				
5058	9	2	11	Pç	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PEDESTAL DIN-1 785 mmX1300 mm. DESTINADO A ACOMODAR SECCIONADORA VERTICAL E BARRAMENTOS DE DERIVAÇÃO PARA CONSUMIDOR, FABRICADO EM POLIESTER, REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO. IP 44 COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO PARA DISSIPACÃO DO CALOR. COM TAMANHO DIN 1, LARGURA DE 785mm, ALTURA DE 1300 mm (+-1%). PORTAS COM ABERTURA DE 160°. CLASSE DE TENSÃO 690 V. TENSÃO DE OPERAÇÃO 220/127 V. CORRENTE NOMINAL 630A. CORRENTE DE CURTA DURAÇÃO EM 1 SEGUNDO 25 kA. PLACA DE ADVERTÊNCIA. PLACA DE IDENTIFICAÇÃO. ENSAIO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR IEC 60439-1 (CONJUNTOS COM ENSAIO DE TIPO TOTALMENTE TESTADO (TTA) E CONJUNTOS COM ENSAIO DE TIPO PARCIALMENTE TESTADO (PTTA). COM CHAVE SECCIONADORA VERTICAL ABERTURA TRIPOLAR 630A. FUSÍVEL NH3 - 400 A. TENSÃO DE ISOLAMENTO NOMINAL 1kV 60hz. CAPACIDADE DE CORTE EM CURTO CIRCUITO 25kA, TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL 220 V.	COCEL
98376	12	14	26	Pç	Terminal de cobre à compressão 16mm² M6	COCEL
98380	4	16	20	Pç	Terminal de cobre à compressão 50mm² M10	COCEL
98379	4	16	20	Pç	Terminal de cobre à compressão 70mm² M10	COCEL
13532	4	16	20	Pç	Terminal de cobre à compressão 95mm² M12	COCEL
13533	4	16	20	Pç	Terminal de cobre à compressão 120mm² M12	COCEL
13536	4	26	30	Pç	Terminal de cobre à compressão 185mm² M12	COCEL
13537	16	26	42	Pç	Terminal de alumínio à compressão 185mm², 2 furos 2 compressões (alumínio Estrudado)	COCEL
13650	55	47	102	Pç	Terminal bimetalico à compressão 16mm² (alumínio/cobre) - ET.COCEL.150	CONTRATADA
13651	16	34	50	Pç	Terminal bimetalico à compressão 25mm² (alumínio/cobre) - ET.COCEL.150	CONTRATADA
13652	20	30	50	Pç	Terminal bimetalico à compressão 35mm² (alumínio/cobre) - ET.COCEL.150	CONTRATADA
13653		20	20	Pç	Terminal bimetalico à compressão 50mm² (alumínio/cobre) - ET.COCEL.150	CONTRATADA
13654	24	26	50	Pç	Terminal bimetalico à compressão 70mm² (alumínio/cobre) - ET.COCEL.150	CONTRATADA
13655		20	20	Pç	Terminal bimetalico à compressão 95mm² (alumínio/cobre) - ET.COCEL.150	CONTRATADA
13656	4	16	20	Pç	Terminal bimetalico à compressão 120mm² (alumínio/cobre) - ET.COCEL.150	CONTRATADA
13657	36	56	92	Pç	Terminal bimetalico à compressão 185mm² (alumínio/cobre) - ET.COCEL.150	CONTRATADA
-	198	2	200	Pç	Parafuso bicromatizado cabeça sextavada 1/2" x 1.1/4" com porca, arruela lisa e de pressão	CONTRATADA
-	94	106	200	Pç	Parafuso bicromatizado cabeça sextavada 3/8" x 1.1/4" com porca, arruela lisa e de pressão	CONTRATADA
-	176	24	200	Pç	Parafuso bicromatizado cabeça sextavada 3/8" x 1" com porca, arruela lisa e de pressão	CONTRATADA
-	45	55	100	Pç	Parafuso bicromatizado cabeça sextavada 5/16" x 1.1/4" com porca, arruela lisa e de pressão	CONTRATADA
-	60	40	100	Pç	Parafuso bicromatizado cabeça sextavada 5/16" x 1.1/4" com porca, arruela lisa e de pressão	CONTRATADA
13292	240	260	500	Pç	Abraçadeira de nylon para amarração -tipo "hellermann"- 300x4,8mm	CONTRATADA
13291	192	108	300	Pç	Abraçadeira de nylon para amarração -tipo "hellermann"- 200x4,8mm	CONTRATADA
13164	12	3	15	Pç	Tubo termo retrátil de poliolefina para uso geral, preto, diâmetro interno 40mm x 1000mm, parede de 1mm, isolamento 1kV, contração 2:1, temperatura de contração 70°C, sem cola, retardante a chama. código COCEL 13164.	CONTRATADA
13163	6	2	8	Pç	Tubo termo retrátil de poliolefina para uso geral, preto, diâmetro interno 20mm x 1000mm, parede de 1mm, isolamento 1kV, contração 2:1, temperatura de contração 70°C, sem cola, retardante a chama. código COCEL 13163.	CONTRATADA
13181	4	1	5	Pç	Eletroduto 4", galvanizado (FG), diâmetro externo 114,3mm, série pesada espessura da parede de 4,25mm, barra de 3 metros, com peso aproximado de 36,48kg/barra. Norma NBR-5597. código COCEL 13181.	CONTRATADA
13182	2	1	3	Pç	Curva Galvonizada (FG) 90° de 4", diâmetro externo 113mm, série pesada espessura da parede de 4,25mm. Norma NBR-5597. código COCEL 13182.	CONTRATADA
-	35	5	40	Pç	Anilha de identificação de fios e cabos	CONTRATADA
2162	9	0	9	pç	Cadeado corpo em latão com haste de aço inoxidável 30mm	CONTRATADA

LICITAÇÃO n° 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



ANEXO III

RELAÇÃO DE ATIVIDADES DE MÃO DE OBRA

Atividades de redes Subterrâneas -MIT 163808							
Item	Atividade	Quantidade US Montagem	Quantidade Montagem	US	Quantidade US Desmont.	Quantidade Desmont.	US
95	INSTALAÇÃO DE QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PEDESTAL, PAINEL DE EMENDAS DE MÉDIA TENSÃO, ABRIGO PARA CUBÍCULO SF6, INSTALAÇÃO DE CUBÍCULOS, TRANSFORMADOR PEDESTAL - Compreende a instalação de painel (metálico ou polimérico) ou cubículo destinado a seccionamento e proteção de circuitos de rede subterrânea, colocação de base do painel, nivelamento da base, acerto de chegada dos dutos na base, aterramento do quadro, seccionamento dos dutos que chegam no painel, verificação das borrachas de vedação do painel, colocação de fusíveis na seccionadora e verificação do correto funcionamento das chaves seccionadoras; Também compreende a instalação do transformador pedestal ou ao seco de até 1000kVA em base de concreto subterrâneas, incluindo a fixação do mesmo.	24,79	9	223,11	10	9	90
103	IDENTIFICAÇÃO DE CABOS DE REDE SUBTERRÂNEA - Compreende o fornecimento e instalação de placa de identificação em alumínio tamanho 10x3cm em alto relevo (tipo placa de automóveis), com letras pretas e fundo amarelo, compreende também o fornecimento de 2 abraçadeiras auto-travantes para fixação aos cabos. Os dizeres das placas deverão ser conforme fiscalização da COCEL.	2	8	16	0,1		0
104	IDENTIFICAÇÃO DE CABOS DE CONSUMIDORES EM REDE SUBTERRÂNEA - Compreende o fornecimento e instalação de placas de identificação em latão tamanho 7x3cm. As placas deverão ser batidas na chapa de latão, de acordo com o número predial do consumidor, compreende também o fornecimento de 1 abraçadeira auto-travante para fixação aos cabos.	1,62	38	61,56	0,1		0
796	LANÇAMENTO DE CABO SUBTERRÂNEO DE BAIXA TENSÃO, POR METRO DE ELETRODUTO - Compreende o lançamento de cabo em eletroduto subterrâneo ou descida do poste, para atendimento em baixa tensão, (BT), independente do número de fases, incluindo o arranjo dos cabos no interior das caixas.	0,38	55,4	21,052	0,1		0
810	LIGAÇÃO DE CABOS DE AT E BT - Consiste na execução de ligações através de conectores de aperto, compressão, conector terminal ou conector tipo cunha, quando realizadas para efetuar a interligação elétrica de equipamentos, ramal aéreo, aterramento do neutro, final de rede de BT e iluminação pública com a rede de alta tensão ou baixa tensão, bem como o adaptador estribo e jumpers de qualquer tipo, exceto aos bornes dos equipamentos, grampo de linha vva ou cruzamento aéreo.	0,31	20	6,2	0,124	10	1,24
909	LIGAÇÃO DE CABO PROTEGIDO 35 MM² A 70 MM², POR LIGAÇÃO - Consiste na ligação de rede de cabo protegido 35mm² (02AWG) a 70 mm² (2/0AWG), incluindo a retirada da camada protetora, instalação do conector, aplicação da massa para isolamento elétrico, fita elétrica de alta tensão e fita adesiva isolante ou a capa protetora do conector.	1	138	138	0,4	138	55,2
913	LIGAÇÃO DE CABOS PROTEGIDOS 120 MM² A 185 MM², POR LIGAÇÃO - Consiste na ligação de rede de cabo protegido 120mm² (4/0AWG) a 185mm² (3/0AWG), incluindo a retirada da camada protetora, instalação do conector, aplicação da massa para isolamento elétrico, fita elétrica de alta tensão e fita adesiva isolante ou a capa protetora do conector. Considera também a ligação do cabo XLPE 185 mm² com cabo XLPE 35 mm².	1,5	56	84	0,6	56	33,6
201	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM RETIRADA, POR M² - Consiste na retirada e remoção de pavimentação (asfalto, concreto armado, blocos pré-moldados, paralelepípedos), do local onde será feita escavação para assentamento de banco de dutos, construção de caixa de passagem ou câmara transformadora. Inclui o tempo gasto para demarcação do trecho a ser escavado, a retirada da capa e a remoção para o local previamente escolhido pela contratada. Além da mão-de-obra inclui o fornecimento de equipamento, ferramental, o transporte necessário para desenvolver os trabalhos.	0,481	2	0,962		2	0
213	REPOSIÇÃO DE CALÇAMENTO, POR M² - Consiste a reposição de pavimentação (pedra, lousa, cimentado, petit pavet, paver, lajotas, blocos), danificados durante a execução de qualquer das atividades constantes desta relação, de maneira uniforme a já existente quando à aplicação de material e técnica construtiva. Incluindo o fornecimento de material faltante e danificado durante o levantamento de pavimentação, todo transporte e ferramental necessário.	1,14	2	2,28		2	0
216	ALVENARIA DE TIJOLO (9x14x19) 14CM ARG MISTA(1:4 130KGCM/M³, POR M² - Compreende o fornecimento de material, mão-de-obra e transporte na execução em alvenaria de tijolos argamassados com revestimento (chapisco e emboço) com argamassa de cimento e areia, traço 1:2, acabamento áspero a desempenadeira, para qualquer uma das atividades de construção ou manutenção de rede subterrânea.	1,27	23,4	29,718			0
			Total US Mont.	582,882	-	Total US Desm.	180,04
			TOTAL US	762,92			
			Valor US				
			Total Obra	R\$ 0,00			

LICITAÇÃO n° 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



ANEXO IV

FOTOS INTERNAS DOS QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO PEDESTAL (QDP) EXISTENTES

Quadro 1 – Próximo a Casas Pernambucanas – Campo Largo - PR



Quadro 2 – Próximo à loja Via Vanzi – Campo Largo - PR



LICITAÇÃO n° 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



Quadro nº 3 – Próximo à loja Ricardo Eletro - Campo Largo - PR



Quadro nº 4 – Próximo a Lojas Colombo – Campo Largo – PR



LICITAÇÃO n.º 044/2025

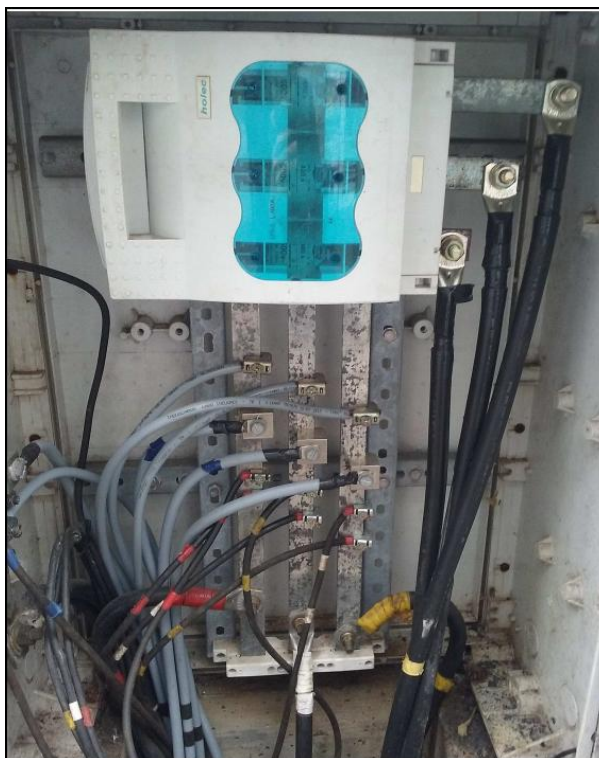
Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



Quadro nº 5 – Próximo à loja Romeira – Campo Largo - PR



Quadro nº 6 – Próximo a Lojas Copel – Campo Largo - PR



LICITAÇÃO nº 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



Quadro nº 7 – Próximo ao Shopping XV – Campo Largo - PR



Quadro nº 8 – Próximo ao Magazine Luiza – Campo Largo - PR



LICITAÇÃO n º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



Quadro nº 9 – Próximo à farmácia Maxifarma - Campo Largo - PR

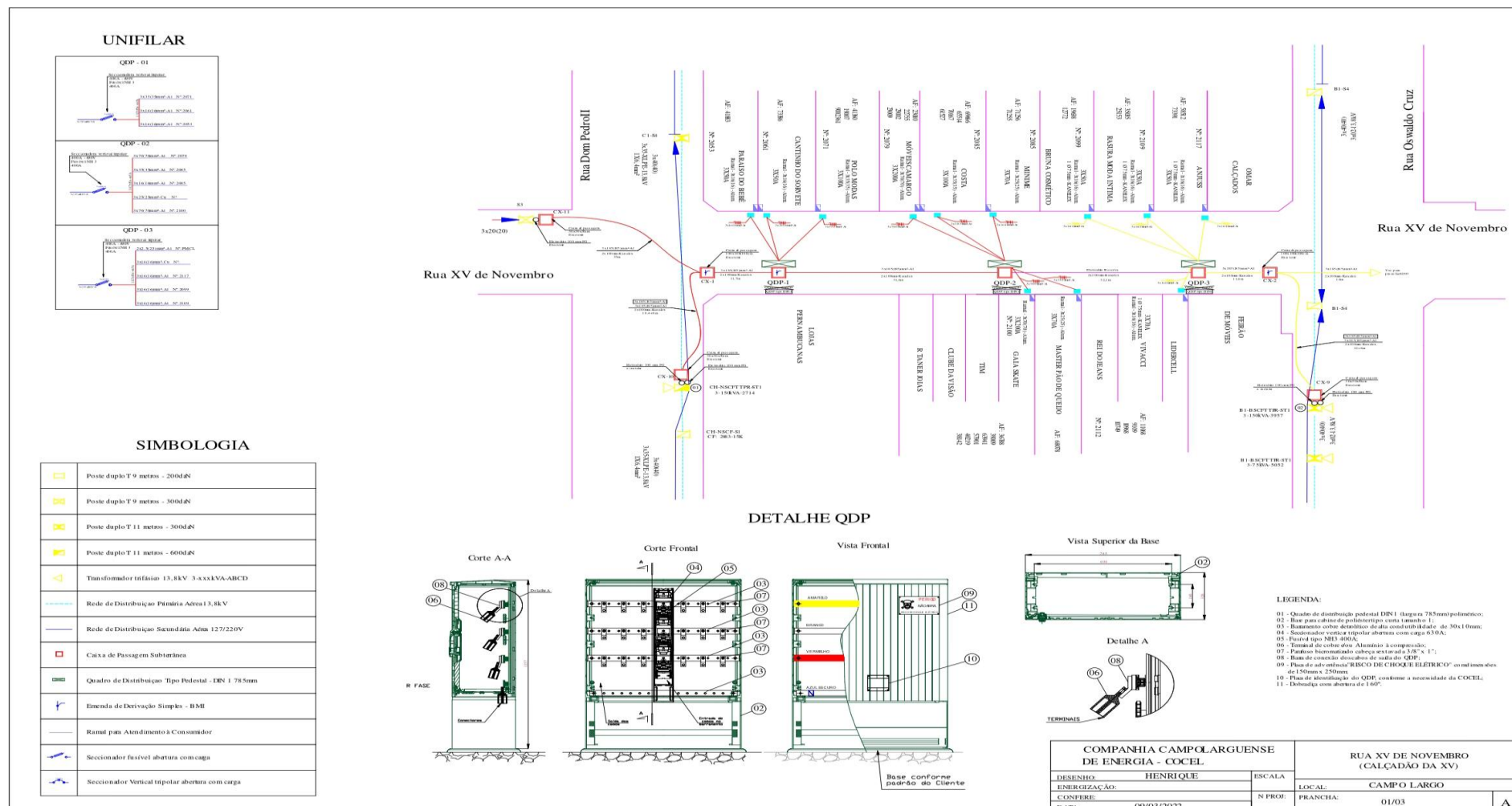


LICITAÇÃO n º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



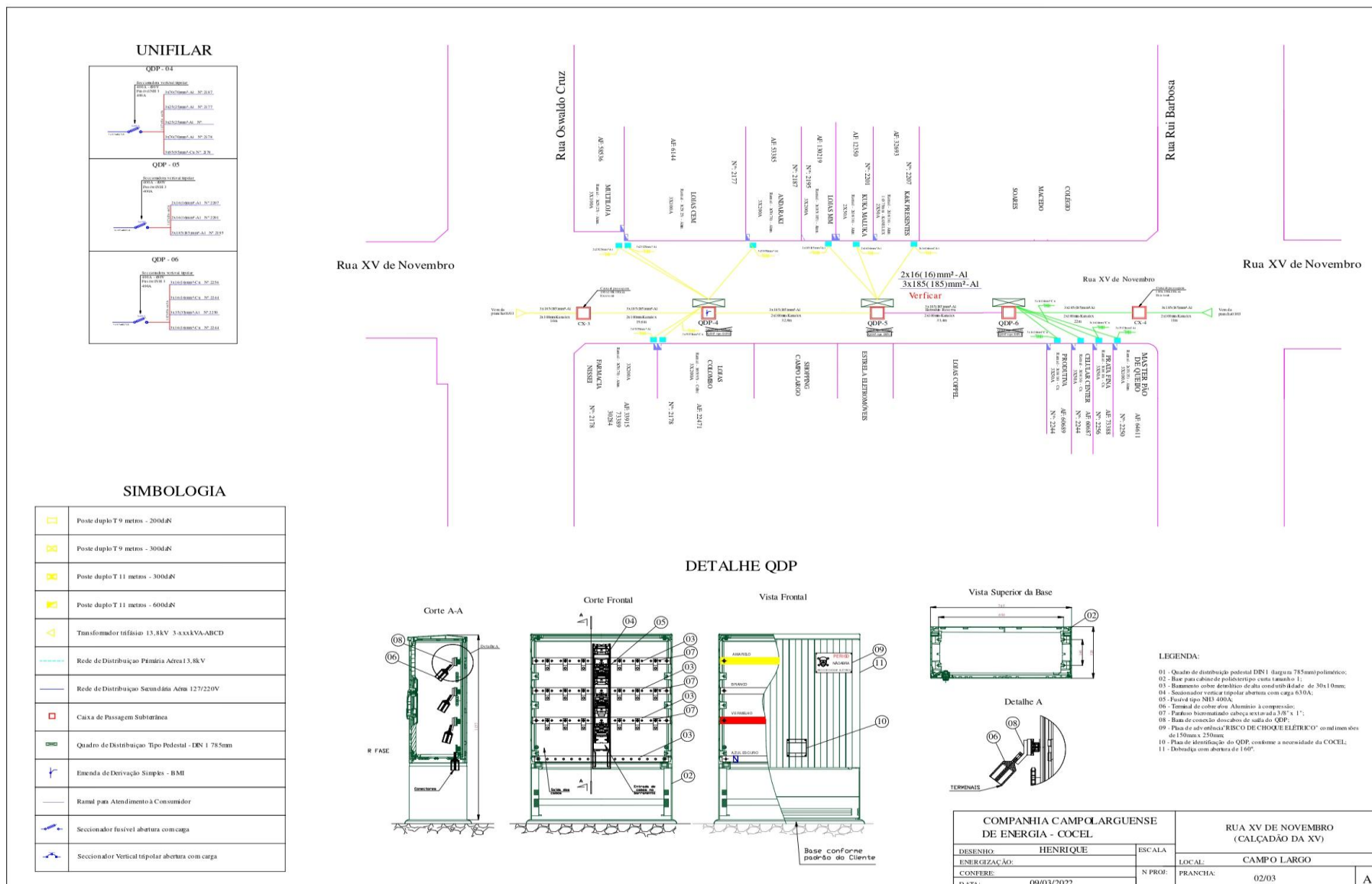
ANEXO V - PROJETOS ELÉTRICOS



LICITAÇÃO n° 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00

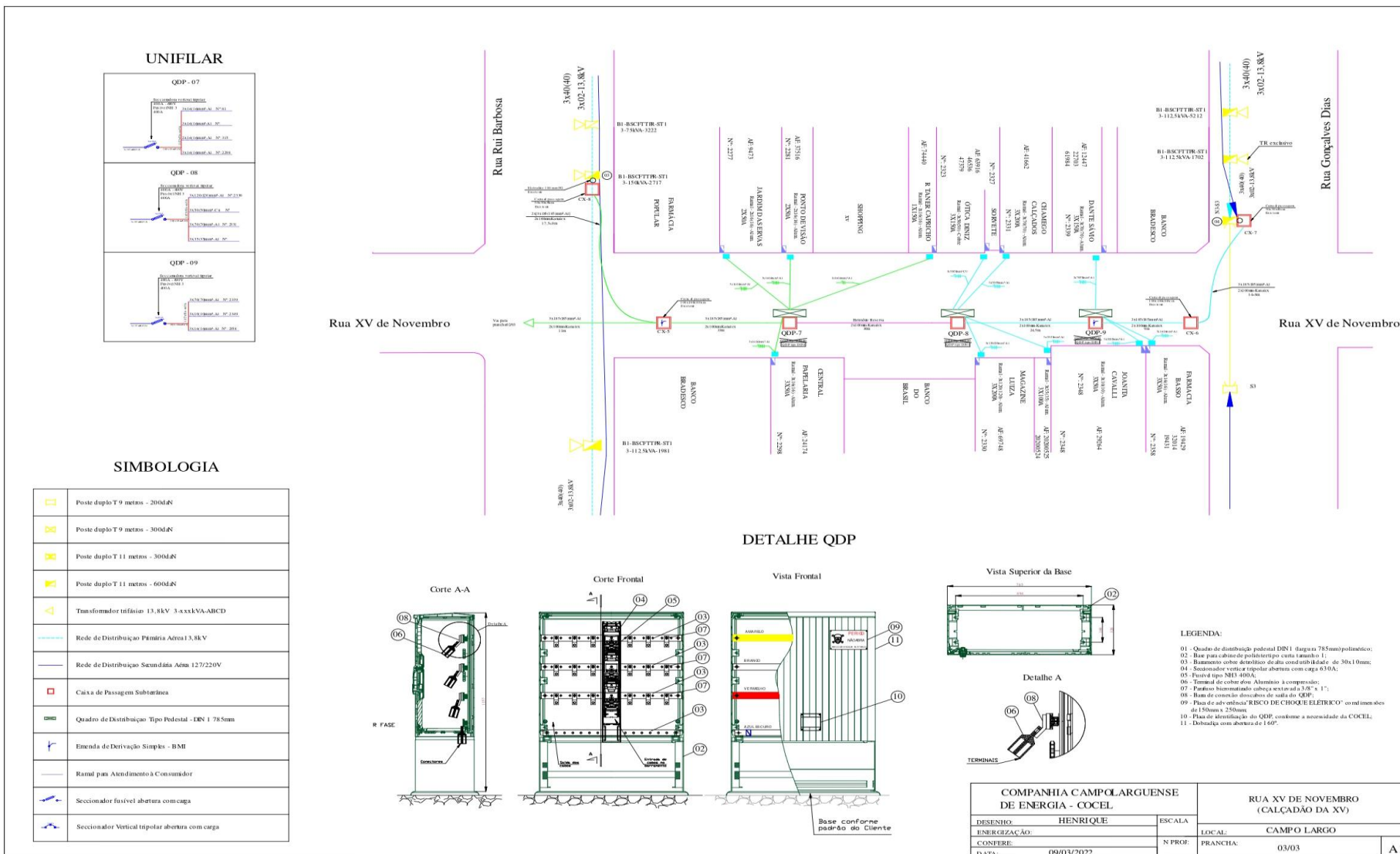




LICITAÇÃO n ° 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





LICITAÇÃO n° 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



ANEXO VI**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.**

(Empresa), pessoa jurídica de direito privado, registrada sob CNPJ nº, localizada na Rua, no Município de, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades legais, para fins de participação na **LICITAÇÃO Nº 044/2025**, que não se encontra inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública, e de que não se enquadra em nenhuma hipótese de impedimento para contratar com a COCEL, conforme disciplina o artigo 7º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, cumprindo plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos, assumindo integralmente a responsabilidade pelo fornecimento do seu objeto.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de 20__.

(assinatura da proponente)

OBS: Este documento NÃO deverá ser incluído nos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, devendo ser entregue diretamente ao Agente de Licitação, quando do ato de CREDENCIAMENTO, conforme item 7.9.

"7.9 Efetuará a apresentação de DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (ANEXO II), a qual deverá ser entregue ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento."

ANEXO VII

PROCURAÇÃO

(Empresa) com sede (endereço), (CNJP), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is), ao final assinado(s), nomeia e constitui seu bastante procurador, (nome), (qualificação), (RG), (CPF), (residência), ao qual outorga(m) poderes específicos para representar a outorgante na **LICITAÇÃO Nº 044/2025**, em especial para formular lances, manifestar intenção de interpor recursos ou declinar do direito de fazer uso do mesmo, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao referido certame licitatório, podendo ainda requerer, impugnar, desistir, assinar qualquer tipo de documento ou instrumento, que for necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Local, dia/mês/ano.

(Assinatura) _____

(nome e cargo do representante legal)

OBS: Este documento NÃO deverá ser incluído nos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, devendo ser entregue diretamente ao Agente de Licitação, quando do ato de CREDENCIAMENTO, conforme item 7.6., II.

“item 7.6. II - Se representante legal, deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração, ou Termo de Credenciamento, outorgado pelo(s) representante(s) legal(is) da licitante, com a firma(s) reconhecida(s), na forma da Lei, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar razões de recurso, assinar Ata e praticar todos os demais atos inerentes ao certame. Nesta hipótese, deverá a procuração/termo de credenciamento estar acompanhada do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.”

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE MODELO

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa..... está inscrita como **MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, não estando incurso em nenhuma condição de que impeça de usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, para licitar ou contratar com a Administração Pública.

....., de de

.....
(Assinatura do representante legal da empresa)

OBS: Este documento NÃO deverá ser incluído nos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, devendo ser entregue diretamente ao Agente de Licitação, quando do ato de CREDENCIAMENTO, conforme item 7.8.

OBS: "item 7.8 As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123/06, de 14/12/2006, deverão comprovar sua condição através da apresentação de **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, a qual deverá ser entregue ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento descritos neste artigo."

ANEXO IX
PROPOSTA

À
COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

Ref.: LICITAÇÃO N.º 044/2025

Prezados Senhores:

Tem a presente finalidade de apresentar à V. Sas., a nossa proposta para prestação de serviço de engenharia especializada para execução dos serviços de reforço e reforma da rede de distribuição de energia elétrica subterrânea localizada no calçadão da Rua XV de Novembro, no município de Campo Largo – PR, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessária à perfeita execução dos serviços, na cidade de Campo Largo, de acordo com as características e quantidades descritas no Anexo I, II e III do **Edital de Licitação n.º 044/2025**, considerando:

1. que o prazo de validade da Proposta, contado a partir da data de sua apresentação, é de 60 (sessenta) dias;
2. que todas as despesas com a preparação e a apresentação da presente Proposta, correrão unicamente por nossa conta;
3. que o prazo de execução é de 120 (cento e vinte) dias da assinatura do contrato;
4. Que o pagamento pela prestação dos serviços objeto da presente licitação será efetuado no 8º (oitavo) dia útil do mês subsequente ao da execução do serviço e/ou materiais fornecidos e da entrega da Nota Fiscal na sede da COCEL, conforme medição e aceite pela inspeção da **COCEL**..
5. que concordamos em firmar o contrato conforme o objeto relacionado nesta proposta, pelo(s) preço(s) apresentado através do lance registrado e oferecido por nosso representante credenciado;
6. que o **preço total** ofertado para a prestação de serviço de engenharia especializada e fornecimento de materiais é de R\$......(.....), considerando as PLANILHAS DE PREÇOS abaixo descrita, **sendo:**
O valor de R\$(.....), correspondente a mão de obra;
O valor de R\$(.....), correspondente a materiais.

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



PLANILHA DE CUSTOS MATERIAIS

LISTA DE MATERIAIS								
Cod COCEL	Quantidade Projeto		Fornecim ento	U n.	Descrição	Fornecedor	Valor Unitári o	Total
	Projeto	Reserva						
5058	9	2	11	Pç	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PEDESTAL DIN-1 785 mmX1300 mm. DESTINADO A ACOMODAR SECCIONADORA VERTICAL E BARRAMENTOS DE DERIVAÇÃO PARA CONSUMIDOR, FAFRICADO EM POLIESTER, REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO. IP 44 COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO PARA DISSIPACÃO DO CALOR. COM TAMANHO DIN 1, LARGURA DE 785mm, ALTURA DE 1300 mm (+- 1%). PORTAS COM ABERTURA DE 160°. CLASSE DE TENSÃO 690 V. TENSÃO DE OPERAÇÃO 220/127 V. CORRENTE NOMINAL 630A. CORRENTE DE CURTA DURAÇÃO EM 1 SEGUNDO 25 kA. PLACA DE ADVERTÊNCIA. PLACA DE IDENTIFICAÇÃO. ENSAIO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR IEC 60439-1 (CONJUNTOS COM ENSAIO DE TIPO TOTALMENTE TESTADO (TTA) E CONJUNTOS COM ENSAIO DE TIPO PARCIALMENTE TESTADO (PTTA). COM CHAVE SECCIONADORA VERTICAL ABERTURA TRIPOLAR 630A. FUSÍVEL NH3 - 400 A. TENSÃO DE ISOLAMENTO NOMINAL 1kV 60hz. CAPACIDADE DE CORTE EM CURTO CIRCUITO 25kA, TENSÃO DE OPERAÇÃO NOMINAL 220 V.	COCEL		
98376	12	14	26	Pç	Terminal de cobre à compressão 16mm ² M6	COCEL		
98380	4	16	20	Pç	Terminal de cobre à compressão 50mm ² M10	COCEL		
98379	4	16	20	Pç	Terminal de cobre à compressão 70mm ² M10	COCEL		
13532	4	16	20	Pç	Terminal de cobre à compressão 95mm ² M12	COCEL		
13533	4	16	20	Pç	Terminal de cobre à compressão 120mm ² M12	COCEL		
13536	4	26	30	Pç	Terminal de cobre à compressão 185mm ² M12	COCEL		
13537	16	26	42	Pç	Terminal de alumínio à compressão 185mm ² , 2 furos 2 compressões (alumínio Estrudado)	COCEL		
13650	55	47	102	Pç	Terminal bimetalico à compressão 16mm ² (alumínio/cobre) - ET.COCEL.150	CONTRATADA	R\$	R\$
13651	16	34	50	Pç	Terminal bimetalico à compressão 25mm ² (alumínio/cobre) - ET.COCEL.150	CONTRATADA	R\$	R\$
13652	20	30	50	Pç	Terminal bimetalico à compressão 35mm ² (alumínio/cobre) - ET.COCEL.150	CONTRATADA	R\$	R\$
13653		20	20	Pç	Terminal bimetalico à compressão 50mm ² (alumínio/cobre) - ET.COCEL.150	CONTRATADA	R\$	R\$
13654	24	26	50	Pç	Terminal bimetalico à compressão 70mm ² (alumínio/cobre) - ET.COCEL.150	CONTRATADA	R\$	R\$
13655		20	20	Pç	Terminal bimetalico à compressão 95mm ² (alumínio/cobre) - ET.COCEL.150	CONTRATADA	R\$	R\$
13656	4	16	20	Pç	Terminal bimetalico à compressão 120mm ² (alumínio/cobre) - ET.COCEL.150	CONTRATADA	R\$	R\$
13657	36	56	92	Pç	Terminal bimetalico à compressão 185mm ² (alumínio/cobre) - ET.COCEL.150	CONTRATADA	R\$	R\$

LICITAÇÃO n ° 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



-	198	2	200	Pç	Parafuso bicromatizado cabeça sextavada 1/2" x 1.1/4" com porca, arruela lisa e de pressão	CONTRATADA	R\$	R\$
-	94	106	200	Pç	Parafuso bicromatizado cabeça sextavada 3/8" x 1.1/4" com porca, arruela lisa e de pressão	CONTRATADA	R\$	R\$
-	176	24	200	Pç	Parafuso bicromatizado cabeça sextavada 3/8" x 1" com porca, arruela lisa e de pressão	CONTRATADA	R\$	R\$
-	45	55	100	Pç	Parafuso bicromatizado cabeça sextavada 5/16" x 1.1/4" com porca, arruela lisa e de pressão	CONTRATADA	R\$	R\$
-	60	40	100	Pç	Parafuso bicromatizado cabeça sextavada 5/16" x 1.1/4" com porca, arruela lisa e de pressão	CONTRATADA	R\$	R\$
13292	240	260	500	Pç	Abraçadeira de nylon para amarração - tipo "hellermann"- 300x4,8mm	CONTRATADA	R\$	R\$
13291	192	108	300	Pç	Abraçadeira de nylon para amarração - tipo "hellermann"- 200x4,8mm	CONTRATADA	R\$	R\$
13164	12	3	15	Pç	Tubo termo retrátil de poliolefina para uso geral, preto, diâmetro interno 40mm x 1000mm, parede de 1mm, isolamento 1kV, contração 2:1, temperatura de contração 70°C, sem cola, retardante a chama. código COCEL 13164.	CONTRATADA	R\$	R\$
13163	6	2	8	Pç	Tubo termo retrátil de poliolefina para uso geral, preto, diâmetro interno 20mm x 1000mm, parede de 1mm, isolamento 1kV, contração 2:1, temperatura de contração 70°C, sem cola, retardante a chama. código COCEL 13163.	CONTRATADA	R\$	R\$
13181	4	1	5	Pç	Eletroduto 4", galvanizado (FG), diâmetro externo 114,3mm, série pesada espessura da parede de 4,25mm, barra de 3 metros, com peso aproximado de 36,48kg/barra. Norma NBR-5597. código COCEL 13181.	CONTRATADA	R\$	R\$
13182	2	1	3	Pç	Curva Galvanizada (FG) 90° de 4", diâmetro externo 113mm, série pesada espessura da parede de 4,25mm. Norma NBR-5597. código COCEL 13182.	CONTRATADA	R\$	R\$
-	35	5	40	Pç	Anilha de identificação de fios e cabos	CONTRATADA	R\$	R\$
2162	9	0	9	pç	Cadeado corpo em latão com haste de aço inoxidável 30mm	CONTRATADA	R\$	R\$
								R\$

PLANILHA DE CUSTOS MÃO DE OBRA

Item	Atividade	Quant. US Montagem	Quant. US Desmont.	Quant. Montagem	US	Quant. Desmont.	US
95	INSTALAÇÃO DE QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PEDESTAL, PAINEL DE EMENDAS DE MÉDIA TENSÃO, ABRIGO PARA CUBÍCULO SF6, INSTALAÇÃO DE CUBÍCULOS, TRANSFORMADOR PEDESTAL - Compreende a instalação de painel (metálico ou polimérico) ou cubículo destinado a seccionamento e proteção de circuitos de rede subterrânea, colocação de base do painel, nivelamento da base, acerto de chegada dos dutos na base, aterramento do quadro, seccionamento dos dutos que chegam no painel, verificação das borrachas de vedação do painel, colocação de fusíveis na seccionadora e verificação do correto funcionamento das chaves seccionadoras; Também compreende a instalação do transformador pedestal ou ao seco de até 1000kVA em base de concreto subterrâneas, incluindo a fixação do mesmo.	24,79	10	9	223,11	9	90

LICITAÇÃO n° 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



103	IDENTIFICAÇÃO DE CABOS DE REDE SUBTERRÂNEA - Compreende o fornecimento e instalação de placa de identificação em alumínio tamanho 10x3cm em alto relevo (tipo placa de automóveis), com letras pretas e fundo amarelo, compreende também o fornecimento de 2 abraçadeiras auto-travantes para fixação aos cabos. Os dizeres das placas deverão ser conforme fiscalização da COCEL.	2	0,1	8	16		0
104	IDENTIFICAÇÃO DE CABOS DE CONSUMIDORES EM REDE SUBTERRÂNEA - Compreende o fornecimento e instalação de placas de identificação em latão tamanho 7x3cm. Asa placas deverão ser batidas na chapa de latão, de acordo com o número predial do consumidor, compreende também o fornecimento de 1 abraçadeira auto-travante para fixação aos cabos.	1,62	0,1	38	61,56		0
796	LANÇAMENTO DE CABO SUBTERRÂNEO DE BAIXA TENSÃO, POR METRO DE ELETRODUTO - Compreende o lançamento de cabo em eletroduto subterrâneo ou descida do poste, para atendimento em baixa tensão, (BT), independente do número de fases, incluindo o arranjo dos cabos no interior das caixas.	0,38	0,1	55,4	21,052		0
810	LIGAÇÃO DE CABOS DE AT E BT - Consiste na execução de ligações através de conectores de aperto, compressão, conector terminal ou conector tipo cunha, quando realizadas para efetuar a interligação elétrica de equipamentos, ramal aéreo, aterramento do neutro, final de rede de BT e iluminação pública com a rede de alta tensão ou baixa tensão, bem como o adaptador estribo e jampers de qualquer tipo, exceto aos bornes dos equipamentos, grampo de linha vva ou cruzamento aéreo.	0,31	0,124	20	6,2	10	1,24
909	LIGAÇÃO DE CABO PROTEGIDO 35 MM² A 70 MM², POR LIGAÇÃO - Consiste na ligação de rede de cabo protegido 35mm ² (02AWG) a 70 mm ² (2/0AWG), incluindo a retirada da camada protetora, instalação do conector, aplicação da massa para isolamento elétrico, fita elétrica de alta tensão e fita adesiva isolante ou a capa protetora do conector.	1	0,4	138	138	138	55,2
913	LIGAÇÃO DE CABOS PROTEGIDOS 120 MM² A 185 MM², POR LIGAÇÃO - Consiste na ligação de rede de cabo protegido 120mm ² (4/0AWG) a 185mm ² (336AWG), incluindo a retirada da camada protetora, instalação do conector, aplicação da massa para isolamento elétrico, fita elétrica de alta tensão e fita adesiva isolante ou a capa protetora do conector. Considera também a ligação do cabo XLPE 185 mm ² com cabo XLPE 35 mm ² .	1,5	0,6	56	84	56	33,6

LICITAÇÃO n° 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
 R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
 CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



201	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM RETIRADA, POR M² - Consiste na retrada e remoção de pavimentação (asfalto, concreto armado, blocos pré-moldados, paralelepípedo), do local onde será feita escavação para assentamento de banco de dutos, construção de caixa de passagem ou câmara transformadora. Inclui o tempo gasto para demarcação do trecho a ser escavado, a retirada da capa e a remoção para o local previamente escolhido pela contratada. Além da mão de obra inclui o fornecimento de equipamento, ferramental, o transporte necessário para desenvolver os trabalhos.	0,481		2	0,962	2	0
213	REPOSIÇÃO DE CALÇAMENTO, POR M² - Consiste a reposição de pavimentação (pedra, lousa, cimentado, petit pavet, paver, lajotas, blocos), danificados durante a execução de qualquer das atividades constantes desta relação, de maneira uniforme a já existente quando à aplicação de material e técnica construtiva. Incluindo o fornecimento de material faltante e danificado durante o levantamento de pavimentação, todo transporte e ferramental necessário.	1,14		2	2,28	2	0
216	ALVENARIA DE TIJOLO (9x14x19) 14CM ARG MISTA(1:4 130KGCIM/M³, POR M² - Compreende o fornecimento de material, mão de obra e transporte na execução em alvenaria de tijolos argamassados com revestimento (chapisco e emboço) com argamassa de cimento e areia, traço 1:2, acabamento áspero a desempenadeira, para qualquer uma das atividades de construção ou manutenção de rede subterrânea.	1,27		23,4	29,718		0
				Total US M.	582,882	Total US DM.	180,04
				Valor US	R\$		
				Total Obra	R\$		

7. declaramos que confirmaremos com nova proposta, no prazo de até 03 (três) dias úteis, quando for apresentado lances com novos preços, e julgado como vencedor do certame;

8. declaramos que, nos preços estão incluídos os custos diretos e indiretos, bem como administração, lucro e imprevistos, transporte, hospedagem, alimentação, inclusive todos os tributos, e outros, sujeitos em decorrência da presente Proposta;

9. que concordamos com as demais disposições do Edital, e reconhecemos à **COCEL**, o direito de aceitar ou rejeitar todas as propostas sem que nos assista qualquer direito indenizatório.

Local e data.

LICITAÇÃO n° 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



Assinatura do proponente

(Representante Legal da Empresa ou Procurador)

Dados da empresa para formalização do contrato caso sejamos vencedor:

Razão Social: _____

Endereço: _____

Município: _____ UF: _____ CEP: _____

Telefone: _____ Fax: _____

CNPJ: _____ Insc. Est.: _____

Email: _____

REPRESENTANTE LEGAL:

Nome: _____

Endereço: _____

Município: _____ UF: _____ CEP: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

CIRG N.º: _____ Expedida por: _____

Email: _____

ANEXO X**MINUTA DO CONTRATO****CONTRATO ESTATAL N.º/2025**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORÇO E REFORMA DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SUBTERRÂNEA LOCALIZADA NO CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO, E FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL E
.....

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, sediada na Rua Rui Barbosa, 520, no Município de Campo Largo - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 75.805.895/0001-30, neste ato representada, na forma de seu estatuto social, pelo seu Diretor Presidente **RAFAEL ROGISKI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Campo Largo - Paraná, ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa, sediada na Rua, no Município de, Estado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º, neste ato representada, pelo Sr., portador do RG nº, inscrito no CPF/MF sob o n.º....., ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições adiante ajustadas, que as partes mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste contrato a prestação de serviço de engenharia especializada para execução dos serviços de reforço e reforma da rede de distribuição de energia elétrica subterrânea localizada no calçadão da Rua XV de Novembro, no município de Campo Largo - PR, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessária à perfeita execução dos serviços, na cidade de Campo Largo.

1.2 Este Contrato é decorrente da **Licitação nº 044/2025** e da Proposta Comercial de ____/____/2025.

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



CLÁUSULA SEGUNDA: DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos objetos, definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

2.1.1 - Edital de Licitação n.º 044/2025, de 23 de outubro de 2025 e respectivos Anexos;

2.1.2 - Proposta Comercial da Contratada.

2.1.3 Todos os padrões, normas, manuais e especificações técnicas da **CONTRATANTE** necessários à execução do objeto deste Contrato disponíveis na Internet, no endereço eletrônico "www.cocel.com.br", considerados desde já como de conhecimento da **CONTRATADA**;

2.1.4 Matriz de risco.

2.2 Os documentos referidos definem os direitos e as obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTOS

3.1 - O pagamento será efetuado através de Nota Fiscal/Fatura emitida pela **CONTRATADA**, com base na medição de serviço e/ou materiais fornecidos e devidamente certificada pela fiscalização da **CONTRATANTE**.

3.2 - O valor do faturamento será calculado em função dos valores constantes das Medições, com base no valor previsto na **Cláusula Sexta**.

3.3 - O pagamento pela prestação dos serviços será efetuado no 8º (oitavo) dia útil subsequente ao mês da execução do serviço e/ou materiais fornecidos e da entrega da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, na sede da **CONTRATANTE**.

3.4 - Havendo paralisação dos serviços por culpa da **CONTRATADA**, ou ainda, por motivos não previstos neste contrato, não será liberado o faturamento, até que a **CONTRATADA**, volte a assumir a execução dos serviços. Nesse caso a **CONTRATANTE** poderá determinar a conclusão de serviços através de mão-de-obra própria ou de terceiros. Se assim ocorrer e acarretar custos adicionais em relação aos inicialmente previstos, os mesmos serão debitados à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 - A **CONTRATADA**, além dos demais encargos previstos neste contrato e em seus anexos que o integram, obriga-se a:

4.1.1 - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto deste contrato de modo a conduzi-los eficientemente, de acordo com as especificações técnicas fornecidas pela **CONTRATANTE** nos prazos previamente determinados e de acordo com as normas que regem o setor elétrico brasileiro.



4.1.2 - Conduzir os serviços de acordo com as normas técnicas, em estrita observância às legislações federal, estadual e municipal, devendo, ainda, conduzir os serviços e o seu pessoal de modo a formar junto ao público uma boa imagem da **CONTRATANTE** e de si própria.

4.1.3 - Transportar às suas expensas, seu pessoal, ferramentas e equipamentos necessários aos serviços.

4.1.4 - Responsabilizar-se pelo bom comportamento de seu pessoal, podendo a **CONTRATANTE** exigir o afastamento imediato de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja permanência seja considerada prejudicial às relações da **CONTRATANTE** com autoridades e particulares.

4.1.5 - Contratar todos os seguros a que estiver obrigada pelas leis brasileiras, em qualquer tempo, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

4.1.6 - Obedecer as exigências do Código Nacional de Trânsito e demais normas pertinentes em relação ao transporte de pessoas, equipamentos e materiais.

4.1.7 - Responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte da **CONTRATANTE**, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços ou terceiros quando resultantes de imprudência, negligência, imperícia, ou dolo de seus empregados.

4.1.8 - Utilizar-se somente de pessoal habilitado para os serviços que se fizerem necessários para a execução do Contrato.

4.1.9 A **CONTRATADA** não reivindicará da **CONTRATANTE** qualquer indenização por perdas e danos a bens de sua propriedade ou de terceiros sob sua responsabilidade.

4.1.10 - Solicitar a presença imediata do responsável pela fiscalização da **CONTRATANTE**, em caso de acidente nos serviços ou bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

4.1.11 - Efetuar somente através da **CONTRATANTE** os entendimentos com órgãos Públicos para a solução de problemas relacionados aos serviços objeto do presente contrato.

4.1.12 - Executar os serviços que possam implicar em interrupção de fornecimento de energia elétrica em alta e baixa tensão mediante programação elaborada pela **CONTRATADA**, devidamente aprovada pela **CONTRATANTE**, sempre respeitadas as instruções em vigor, as quais a **CONTRATADA** declara desde já ter pleno conhecimento.

4.1.13 - Reparar ou refazer, exclusivamente às suas expensas, os serviços inadequadamente executados, sanando todos os defeitos dentro dos prazos estipulados.

4.1.14 Não utilizar-se do nome ou da imagem da **CONTRATANTE**, perante terceiros, para efetuar despesas, celebrar acordos, fazer declarações ou prestar informações.

4.1.15 Manter confidencialidade no que tange aos dados, processos, técnicas, documentos, informações cadastrais de unidades consumidoras, e quaisquer outras informações obtidas em decorrência da prestação de serviços, objeto do contrato, não podendo cedê-los, transferi-los, aliená-los, divulgá-los, sem prévio consentimento da **CONTRATANTE**.

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





4.1.16 Os deveres de confidencialidade e sigilo permanecerão em vigor entre as partes e, mesmo após o encerramento do presente contrato, se violados implica na aplicação de penalidades administrativas, sem prejuízo das sanções civis e penais correspondentes.

4.1.17 Indicar, por escrito, um representante devidamente credenciado, mantendo-o permanentemente no local da execução dos serviços para receber da **CONTRATANTE** as instruções, bem como proporcionar toda a assistência necessária à fiscalização dos serviços, sanando, de imediato, as irregularidades apontadas.

4.1.18 Repassar aos seus empregados alocados na prestação dos serviços objeto deste contrato, as informações relativas aos meios de Comunicação Confidencial da **CONTRATANTE**.

4.1.19 Indicar, por escrito, um representante para interlocução entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, disponibilizando-o durante a vigência do contrato para receber e atender as determinações da Fiscalização e do Gestor do Contrato.

4.1.20 Não poderá ser responsável técnico do contrato, empregado pertencente ao quadro de funcionários da **CONTRATANTE**.

4.1.21 Qualquer alteração na composição da equipe deverá ser comunicada à fiscalização da **CONTRATANTE** para que seja providenciada a adequação documental de acordo com as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, a data para alteração deverá ser definido junto ao gestor do contrato, somente após análise e aprovação pelo setor de Segurança e Medicina do Trabalho.

4.1.22 Quando a **CONTRATADA** possuir colaboradores alojados devem observar as Normas Regulamentadoras do "MTE" para os requisitos mínimos de alojamento, serão realizadas inspeções periódicas pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá garantir o livre acesso ao alojamento que será solicitada pela **CONTRATANTE** diretamente a um dos usuários do local que deverá acompanhar as inspeções na data solicitada.

4.1.23 Fornecer gratuitamente e exigir dos seus empregados a utilização de uniforme e dos equipamentos de segurança individuais e coletivos, constantes nos Anexos.

4.1.24 Obedecer às exigências do Código de Trânsito Brasileiro, em relação ao transporte de pessoas, equipamentos e materiais.

4.1.25 Sinalizar adequadamente os locais onde estiverem sendo executados os serviços, conforme as exigências do Código de Trânsito Brasileiro, as Normas de Segurança e as Normas da **CONTRATANTE**, correspondentes.

4.1.26 Identificar os veículos empregados na execução do objeto deste contrato com a sua logomarca e fixar, somente durante o prazo de execução, os adesivos com a inscrição "a serviço da COCEL" adquiridos pela **CONTRATADA** conforme especificado pela **CONTRATANTE**.

4.1.27 Solicitar imediatamente a presença da fiscalização da **CONTRATANTE** em caso de acidentes em serviços ou que causem danos em bens de terceiros, para que sejam tomadas as devidas providências.





4.1.28 Suspende imediatamente os serviços sempre que assim determinado por qualquer empregado da **CONTRATANTE**, devidamente identificado, com o intuito de sanar risco individual ou coletivo detectado. Quando não for possível sanar o risco, deverá paralisar definitivamente os serviços.

4.1.29 Atender integralmente ao Guia de Orientações de Segurança e Saúde do Trabalho para empresas contratadas.

4.1.30 Preencher e apresentar à **CONTRATANTE**, até o dia 15 (quinze) de cada mês, a planilha de registro de acidentes de trabalho com seus empregados, integrante ao Guia de Orientações de Segurança e Saúde do Trabalho para Empresas Contratadas, referente à informação de acidentes do mês anterior.

4.1.31 Em caso de ocorrência de acidentes do trabalho, deverão ser apresentados à **CONTRATANTE** o Formulário de Registro de Acidentes com Empreiteiras – RGE e a Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT, integrante ao Guia de Orientações de Segurança e Saúde do Trabalho para Empresas Contratadas, bem como a Ata da Reunião Extraordinária da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA da **CONTRATADA**.

4.1.32 Executar os serviços que possam implicar em interrupção de fornecimento de energia elétrica em alta e baixa tensão mediante programação elaborada pela **CONTRATADA**, devidamente aprovada pela **CONTRATANTE**, sempre respeitadas as instruções em vigor, as quais a **CONTRATADA** declara desde já ter pleno conhecimento.

4.2 Apresentar mensalmente à **CONTRATANTE**, sob pena de ser susado o pagamento de qualquer fatura da **CONTRATADA**, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, compostos dos seguintes documentos, referentes ao mês anterior:

- a) Folha de pagamento;
- b) Guia de recolhimento do FGTS;
- c) Guia de Recolhimento do INSS;
- d) Guia de recolhimento do ISS;
- e) Relação dos empregados que atuam diretamente na execução do objeto do contrato.

4.3 Não divulgar dados contratuais nem oferecer informações a terceiros sem autorização prévia da **CONTRATANTE** por escrito;

4.4.8 - Recolher e comprovar todos os demais tributos incidentes sobre o serviço objeto do presente contrato, devendo, quando exigido, exibir o comprovante de recolhimento à **CONTRATANTE** por ocasião da liberação da fatura;

4.4.9 - Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Constituem obrigações da **CONTRATANTE** durante a vigência do presente contrato:





5.1.1 - Esclarecer à **CONTRATADA** toda e qualquer espécie de dúvida, em tempo hábil, com relação à execução dos serviços objeto do presente contrato.

5.1.2 - Pagar à **CONTRATADA** as faturas apresentadas e aceitas nas condições estabelecidas na Cláusula Nona deste Contrato.

5.1.3 - Efetuar as medições dos serviços executados, a cada 30 dias, e emitir relatório para base de faturamento.

5.1.4 Fornecer, a qualquer tempo e com o máximo de presteza mediante solicitação escrita da **CONTRATADA**, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientar em todos os casos omissos.

5.1.5 - Realizar desligamentos, se necessários, para a execução dos serviços, de acordo com o item 4.1.12 deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA: PREÇOS E PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1 - O valor total para a execução dos serviços, fornecimento de materiais e equipamentos objeto do presente contrato é de **R\$ (....)**.

6.2- O presente contrato tem vigência de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA: PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A **CONTRATADA** deverá dar início à execução dos serviços nos prazos previstos na autorização para execução, específica e vinculada a este contrato.

Parágrafo único: A **CONTRATADA** somente iniciará a execução dos serviços objeto deste contrato, após o recebimento de uma autorização por escrito para execução, emitida pela **CONTRATANTE**.

7.2 - Somente será prorrogado o prazo de execução dos serviços se ocorrer qualquer dos seguintes eventos:

7.2.1 - Suspensão temporária dos serviços por parte da **CONTRATANTE**;

7.2.2 - Atraso na obtenção de licença (quando esta couber a **CONTRATANTE**) que interfiram na realização dos serviços;

7.2.3 - Embargos de proprietários à passagem de turma que executará os serviços;

7.2.4 - Chuvas que, a juízo da Fiscalização, prejudiquem o andamento normal dos trabalhos;

7.2.5 - Impedimentos interpostos por autoridades Municipais, Estaduais ou Federais;

7.2.6 - Ocorrência de casos fortuitos ou força maior, conforme definidos pelo artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo único: A prorrogação no prazo de execução dos serviços não deverá ultrapassar o período de tempo que lhe deu causa.





CLÁUSULA OITAVA: PENALIDADES

8.1 O não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato, garantida a previa defesa na forma da lei, sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes penalidades:

8.1.1 - Multas relativas à execução dos serviços:

8.1.1.1 Dez por cento (10%) do valor do contrato, por comparecer ao local dos serviços com deficiência de equipamentos de segurança, ferramental, veículos e/ou pessoal necessários à execução adequada dos serviços.

8.1.1.2 Dez por cento (10%) do valor do contrato, por falha na execução de serviços que reflitam em desligamento do sistema de distribuição de energia elétrica.

8.1.1.3 Cinco por cento (5%) do valor do contrato para cada serviço realizado em desacordo com as normas estabelecidas pela COCEL.

8.1.1.4 Dez por cento (10%) do valor do contrato, por infringir dos deveres de sigilo e confidencialidade, sem prejuízo das demais sanções civis e penais correspondentes.

8.1.1.5 A não suspensão ou paralisação dos serviços, quando assim determinado por qualquer empregado devidamente identificado da COCEL, poderá incorrer, após análise realizada pela contratante, em multa no valor de 3% (três por cento) do valor do contrato ou rescisão contratual, dependendo da gravidade do fato.

8.1.2 Multas por inexecução do contrato:

8.1.2.1 Dez por cento (10%) sobre o valor do contrato, por inexecução total, inclusive quando motivada pela reprova na inspeção;

8.1.2.2 Dez por cento (10%) sobre o saldo do valor do contrato, por inexecução parcial;

8.1.2.3 Três por cento (3%) sobre o valor do contrato, em decorrência do descumprimento de quaisquer das demais obrigações assumidas, sobre as quais já não se tenha estabelecido penalidade.

8.1.2.4 Advertências por escrito, em decorrência do descumprimento de quaisquer obrigações assumidas.

8.1.2.5 Impedimento de participação em licitações no âmbito da COCEL, com a possibilidade de suspensão cadastral, por inexecução total ou parcial do contrato, em especial pelo descumprimento das obrigações contidas no Guia de Orientações de Segurança e Saúde do Trabalho para Empresas Contratadas.

8.2 A aplicação de multas e eventuais danos ou prejuízos causados à COCEL serão objeto de notificação e seu valor será deduzido dos pagamentos que esta vier a fazer à CONTRATADA. Não havendo crédito ou se for este insuficiente para cobrir a importância devida, deverá a CONTRATADA efetuar imediatamente o recolhimento do saldo devedor, através de fatura emitida para este fim específico.

8.3 - Os motivos de casos fortuitos ou de força maior deverão ser devidamente comunicados à COCEL e comprovados dentro de cinco dias a partir de sua ocorrência, para que possam ser analisados e considerados válidos, a critério da COCEL.





8.4 - A aplicação de penalidades à CONTRATADA por órgãos externos competentes, relativas à execução do objeto deste contrato, poderá ensejar a adoção de medidas pela COCEL, inclusive a rescisão contratual.

8.5 - As penalidades aplicadas serão objeto de anotação no registro cadastral da COCEL, influenciando na habilitação para futuras contratações.

8.6 - As multas estabelecidas nesta cláusula serão aplicadas ressalvada a responsabilização da CONTRATADA por eventuais prejuízos excedentes, nos termos do artigo 416, parágrafo único, da Lei n.º 10406 de 10.01.2002 (Código Civil Brasileiro), cujo valor será apurado em ação própria e na fase processual adequada, caso não haja consenso entre as partes.

8.7 - A inexecução parcial ou total do contrato, também importará à **CONTRATADA** a suspensão do direito de licitar com a **CONTRATANTE** por um período de 02 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva, bem como a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

8.8 - Será propiciada defesa à **CONTRATADA** antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes.

8.9 - O valor da multa aplicada, após o regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.10 - As sanções poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:

I - por ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à COCEL, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

II - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

III - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

IV - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a COCEL em virtude de atos ilícitos praticados.

8.11 - Na aplicação das penalidades, a COCEL considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da contratada, podendo deixar de aplicá-las, em parecer motivado, se admitidas as suas justificativas.

CLÁUSULA NONA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

9.1 - Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 170 a 174 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

CLÁUSULA DÉCIMA: RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - A **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista ao **CONTRATADO** qualquer direito



a indenização, conforme disposto no Edital, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL e na Lei nº 13.303/16, com as consequências neles previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUBCONTRATAÇÕES

11.1 - A CONTRATADA não poderá subcontratar o objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

12.1 - A CONTRATADA declara ter conhecimento das condições de Segurança e Medicina do Trabalho estabelecidas pelas normas e instruções pertinentes a matéria, especialmente o Manual de Segurança e Medicina do Trabalho que integra o Anexo XI do Edital de Licitação nº 044/2025, obrigando-se a respeitá-las, bem como fazê-las cumprir, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: LEIS E REGULAMENTOS

13.1 - A CONTRATADA será responsável e indenizará a COCEL e seus agentes representantes contra quaisquer reivindicações, exigências, ações, danos, custos, débitos ou despesas provenientes de transgressão ou alegada transgressão de leis ou nelas baseadas, inclusive por quaisquer ordens ou instrumentos, tanto suas como de seus profissionais.

13.2 - A CONTRATADA será debitada de todas as despesas, honorários e depósitos que possam ser requeridos em cumprimento à lei, relativos à prestação dos SERVIÇOS para cumprimento deste CONTRATO.

13.2 - Aplicam-se a este contrato as disposições: do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL; Lei nº 13.303/16; Lei nº 8.078/90; Lei nº 8.137/90; Lei nº 8.429/92; Lei Complementar nº 123/06; outras legislações quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: NOVAÇÃO

14.1 - A não utilização por parte da COCEL, de quaisquer direitos a ela assegurados neste CONTRATO ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

14.2 - Todos os recursos postos à disposição da COCEL neste Contrato serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FISCALIZAÇÃO

15.1 - A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização sobre os serviços contratados através de seus representantes devidamente credenciados aos quais a **CONTRATADA** facilitará o desempenho de suas funções. Fica, porém, entendido, que a orientação e a fiscalização dos trabalhos por parte da **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua



responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços, observando-se os preceitos de boa técnica a fim de dar aos mesmos absoluta segurança e perfeito acabamento.

15.2 Os representantes da **CONTRATANTE** terão poderes para fiscalizar a execução dos serviços e, especialmente, para:

15.2.2 - Sustar os serviços, sempre que considerar a medida necessária à adoção das Normas Técnicas de Saúde e de Segurança do Trabalho adequadas a boa execução dos serviços;

15.2.2 - Recusar quaisquer trabalhos que difiram dos padrões exigidos pela **CONTRATANTE**;

15.2.3 - Controlar a execução dos serviços, verificando se o pessoal, ferramentas e equipamentos serão suficientes para sua realização dos serviços;

15.2.4 -. Efetuar medições, emitindo e assinando as mesmas, e apresentando as falhas, as quais deverão ser corrigidas pela **CONTRATADA**.

15.2.5 - Cientificar, por escrito, a fiscalização da **CONTRATANTE**, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar no local dos serviços.

15.3 - Todas as solicitações, reclamações, exigências ou observações relacionadas com a execução dos serviços feitas pela fiscalização da **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou vice versa, nas hipóteses em que couber, somente produzirão efeitos vinculatórios desde que processadas por escrito.

15.4 - A medição final será liberada para faturamento após o aceite dos serviços pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DOS SERVIÇOS

16.1 A **CONTRATANTE** poderá, em qualquer ocasião, suspender a execução do(s) serviço(s) previstos no objeto do contrato, através de comunicação por escrito à **CONTRATADA**:

16.1.1 Quando da suspensão, caberá à **CONTRATADA** receber o valor dos serviços até então executados e aceitos pela **CONTRATANTE**;

16.1.2 Quando a suspensão, for causada por fato atribuído à **CONTRATANTE**, não assistirá à **CONTRATADA** o direito de pleitear pagamentos de quaisquer despesas resultantes da suspensão, ressalvados aqueles referente aos serviços até então e aceitos pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – TRIBUTOS

17.1 Todos e quaisquer tributos cuja incidência se relacione com o contrato ou seu objeto, além daqueles anteriormente mencionados, correrão por conta da **CONTRATADA**.





CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: VALOR DO CONTRATO

18.1 – As partes **CONTRATANTES** dão ao presente contrato o valor global estimado de R\$...... (), para todos os legais e jurídicos efeitos.

18.2 Os pagamentos serão efetuados pela COCEL, em reais, com recursos vinculados ao orçamento anual, vinculados às seguintes classificações contábeis:

Item orçamentário
155 – REDES ELÉTRICAS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA MATRIZ DE RISCOS

19.1 - Nesta cláusula definem-se os riscos e as responsabilidades entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, sendo que a matriz de riscos caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

19.2 - A **CONTRATADA** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do Contrato, conforme hipóteses elencadas no Anexo “Matriz de Riscos”, do Edital.

19.3 - A **CONTRATADA** não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do Contrato quando estes competirem à **CONTRATANTE**, conforme estabelecido no Anexo “Matriz de Riscos”, do Edital.

19.4 - Ressalta-se que o Anexo “Matriz de Riscos”, do Edital, constitui peça integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

19.5 - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no Anexo “Matriz de Riscos”, do Edital, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a **CONTRATANTE** sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a)** Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b)** As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c)** As medidas que irão tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d)** As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e
- e)** Outras informações relevantes.

19.6 - Após a notificação, a **CONTRATANTE** poderá solicitar esclarecimentos adicionais à **CONTRATADA** e decidirá quanto à responsabilidade pelo ocorrido. A forma e o prazo para resolução serão acordados entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**.

19.7 - Avaliada a gravidade do evento, a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, mediante acordo, decidirão quanto à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato,



salvo se as consequências do evento estejam cobertas por Terceiro (Ex.: Seguradora), se houver.

19.8 - O reconhecimento pela **CONTRATANTE** dos eventos descritos no Anexo "Matriz de Riscos", do Edital, que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente à **CONTRATADA**, não dará ensejo de recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela **CONTRATADA**.

19.9 - As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pela **CONTRATANTE** e pela **CONTRATADA** em até 01 (um) dia útil ou conforme prazo específico definido em cláusula contratual, contados da data da ocorrência do evento.

19.10 - Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do Contrato, não previstos no Anexo "Matriz de Riscos", do Edital, serão decididos mediante acordo entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

19.11 - As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

19.12 - O Contrato poderá ser rescindido quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos do evento tenham sido tomadas e, mesmo assim, a manutenção do contrato tenha se tornado impossível ou inviável nas condições existentes ou, ainda, seja excessivamente onerosa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20.1 - A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** comprometem-se a cumprir com as obrigações e requisitos das legislações de proteção de informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável ("Dados Pessoais") vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD"), Lei nº12.965, de 23 de abril de 2014 ("Marco Civil da Internet"), Lei nº8.078, de 11 de setembro de 1990 ("Código de Defesa do Consumidor"), Lei Complementar nº 166, de 08 de abril de 2019 ("Lei do Cadastro Positivo") e Lei nº12.527, de 18 de novembro de 2011 ("Lei de Acesso à Informação"), conforme aplicável;

20.1.1 - Além destas obrigações, a **CONTRATADA** também deverá:

I - Abster-se de realizar quaisquer ações ou omissões que possam resultar de alguma forma em violação das Legislações de Proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATANTE**;

II - Tomar todas as medidas razoavelmente necessárias para manter a **CONTRATANTE** em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais;



III - Garantir que qualquer atividade realizada que utilize Dados Pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração ("Tratamento") resultante do objeto do presente Contrato, bem como o uso e marketing de tais dados, e as medidas adotadas para a privacidade e segurança estejam em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais e sejam consistentes com a Política LGPD, visando conformidade com a legislação brasileira e internacional de proteção de dados pessoais;

IV - Não realizar qualquer Tratamento de Dados Pessoais, resultantes da execução do Contrato, sem enquadramento em uma das bases legais estipuladas no art. 7º da LGPD;

V - Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos Dados Pessoais;

VI - Somente realizar o Tratamento de Dados Pessoais como resultado do presente Contrato com a finalidade de cumprir com as respectivas obrigações contratuais;

VII - Não permitir ou facilitar o Tratamento de Dados Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja o cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais;

VIII - A **CONTRATADA** não poderá subcontratar nenhuma das suas atividades de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do presente Contrato, sem o prévio e expresso consentimento da **CONTRATANTE**. Havendo subcontratação, a **CONTRATADA** deverá celebrar contrato por escrito com a subcontratada contendo as mesmas obrigações no que se refere à Proteção de Dados Pessoais dispostas no presente Contrato. Em caso de descumprimento pela subcontratada das obrigações em matéria de Proteção de Dados Pessoais que lhe incumbem nos termos do referido contrato por escrito, a **CONTRATADA** continua a ser plenamente responsável perante a **CONTRATANTE** pelo cumprimento destas obrigações;

IX - Comunicar a **CONTRATANTE** imediatamente e em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas em caso de incidentes e/ou vazamentos envolvendo dados resultantes do tratamento de Dados Pessoais obtidos para a execução do presente Contrato.

20. 2 – A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** desde já pactuam que o descumprimento por uma das Partes, de qualquer Legislação de Proteção de Dados Pessoais, das políticas da **COCEL** ou das provisões contidas nesta cláusula gerará obrigação da Parte culpada em indenizar, defender e manter isento(a)(s) a(s) outra(s) Parte(s) e suas entidades afiliadas, conselheiros, diretores, executivos e empregados de todas as responsabilidades, perdas, os danos, prejuízos, custos, despesas, ações, processos, demandas, multas e penalidades decorrentes do descumprimento, por uma das Partes, de suas obrigações, declarações e garantias previstas nesta Cláusula, sendo que nenhuma limitação de responsabilidade eventualmente acordada neste Contrato será aplicada para as indenizações por descumprimento das obrigações desta Cláusula.

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA ÉTICA E INTEGRIDADE

21.1 – A **CONTRATADA** deverá observar, durante a vigência do presente contrato, o disposto na Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

21.2 – A **CONTRATADA** deverá conhecer os princípios éticos e compromissos definidos no Código de Conduta da **COCEL** - disponível em seu sítio eletrônico (<http://transparencia.cocel.com.br/codigo-de-conduta-etica/>). Dessa forma, não caberá à **CONTRATADA** quaisquer reclamações posteriores quanto às sanções aplicadas em virtude de descumprimento do referido Código e disposições legais contidas na Lei 12.846/2013.

21.3 – A **CONTRATADA**, sem excluir o dever da **CONTRATANTE**, está obrigada a fiscalizar o cumprimento da presente Cláusula, instruindo e dando ciência a todos aqueles que atuem em seu nome, para a execução do presente Contrato, visando à prevenção, detecção e combate de atos lesivos.

21.4 – A **CONTRATADA** se compromete a denunciar, imediatamente, a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio do Canal de Denúncias da **CONTRATANTE**, por telefone ou pelo e-mail:

a) 0800 726 2212

b) ouvidoria@cocel.com.br

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

22.1 A **CONTRATADA** compromete-se a cumprir as diretrizes da Declaração Universal de Direitos Humanos, garantindo que as suas atividades estejam em conformidade com os documentos aqui citados, conforme itens abaixo:

22.1.1 - Responsabilidade Social:

22.1.1.1 - Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, e envidar esforços junto aos seus fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido, inclusive quanto às obrigações expressas no compromisso pelo combate à escravidão promovido pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia;

22.1.1.2 - Não empregar menores de 18 anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezoito anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

22.1.1.3 - Não permitir a exploração sexual de crianças e adolescentes na sua área de influência;

22.1.1.4 - Não permitir a prática de assédio moral e/ou sexual no ambiente de trabalho, bem como de discriminação com relação a sexo, gênero, origem, raça, cor, condição física, saúde, religião, estado civil, idade, situação familiar, estado gravídico, orientação sexual, ou quaisquer outras formas de discriminação, envidando esforços nesse sentido junto aos seus fornecedores, e divulgando os canais de denúncia, próprios ou públicos;



22.1.1.5 - Garantir segurança e dignidade aos seus empregados, vinculados à execução deste contrato, no que diz respeito a: saneamento básico, higiene, transporte, alimentação e acomodação dos empregados vinculados à prestação do serviço.

22.1.2. Responsabilidade Ambiental:

22.1.2.1 - Proteger e preservar o meio ambiente e prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância, à legislação e normas emanadas das esferas federal, estaduais e municipais, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), envidando esforços nesse sentido junto aos seus fornecedores;

22.1.2.2 - Observar a Lei Federal nº 12.305, de 03 de agosto de 2010 e o Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, quanto ao correto gerenciamento (geração, segregação, manuseio, armazenamento, transporte e destinação) dos resíduos sólidos provenientes de suas atividades.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: GESTOR DO CONTRATO

23.1 Para efeitos deste Contrato, a **CONTRATANTE** designa como gestor o Gerente da Divisão de, Sr

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: FORO

24.1 Para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Campo Largo – PR, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que se apresente.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente **CONTRATO** na data abaixo indicada, em 02 (duas) vias, e rubricam os demais documentos de Contrato, os quais foram lidos, achados conforme e aceitos, na presença das testemunhas que também o assinam.

Campo Largo, de de 2025.

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL
RAFAEL ROGISKI – Diretor Presidente

CONTRATADA

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
 R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
 CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

GESTOR DO CONTRATO:

Nome:

CPF:

LICITAÇÃO n º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



ANEXO XI

MANUAL DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

1. INTRODUÇÃO

2. OBJETIVOS

3. POLÍTICAS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

4. INSTRUÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO

- **Legislação**
- **Trabalhos com Segurança**
- **Regras de Segurança**
- **Investigação de Acidentes**
- **EPIs e EPCs**
- **Registros e Controles Estatísticos**
- **Divulgação aos Consumidores**
- **Segurança para Empreiteiras**

5. INSTRUÇÕES DE MEDICINA DO TRABALHO

- **Exame Médico de Admissão**
- **Exame Médico Periódico**
- **Exame Médico Especial**
- **Exame Médico de Retorno ao Trabalho**
- **Exame Médico de Demissão**
- **Disposições Gerais**

6. CONCLUSÕES

1. INTRODUÇÃO

Procedimentos e regras de *Segurança e Medicina do Trabalho* são elementos fundamentais para efetivos programas de *prevenção de acidentes* e de busca de melhor *qualidade de vida* para todos os colaboradores de uma empresa.

As orientações contidas neste manual refletem a política que a COCEL tem adotado e que deseja que os seus CONTRATADOS também venham a adotar.

Espera-se que cada CONTRATADO adapte procedimentos locais adicionais para a implantação e o aprimoramento dos procedimentos de *Segurança e de Medicina do Trabalho* quando se aplicarem às suas operações.

Este manual afirma o propósito da COCEL com a *Segurança e Saúde* de seus colaboradores e daqueles que representarão e preservarão pelo nome e imagem da COCEL.

A implantação efetiva de procedimentos, com a atenção específica dada às situações, condições e particularidades locais de cada CONTRATADO, assegurará que esse compromisso seja obtido.

2. OBJETIVOS

Este manual foi elaborado no sentido de manter boas condições de trabalho e concretizar os objetivos da *Política de Segurança e Medicina do Trabalho* da COCEL, visando orientar seus CONTRATADOS e respectivos colaboradores sobre normas de conduta a serem seguidas, objetivando proporcionar um *ambiente de trabalho seguro e saudável* para todos, diminuindo os riscos de doenças e danos relacionados com o trabalho.

A COCEL e seus CONTRATADOS são obrigados a alcançar e demonstrar um desempenho satisfatório em relação à *segurança e saúde* de seus colaboradores em função das crescentes exigências da legislação e dos sindicatos, da preocupação na busca de maior produtividade e competitividade, e da maior conscientização da sociedade em geral quanto à necessidade de melhorar a qualidade de vida no trabalho.

3. POLÍTICAS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Segurança no trabalho significa a condição de estar seguro durante a execução de suas atividades no ambiente de trabalho. Segurança no trabalho é a certeza, a confiança, a garantia, a afirmação de que o colaborador voltará para sua casa em sua plena integridade física. Segurança no trabalho é a firmeza de suas atitudes no local de serviço, fazendo suas obrigações sem indecisão, sem dúvidas.

A COCEL tem como política proporcionar um *ambiente de trabalho* seguro e saudável para todos os seus empregados e parceiros, procurando reduzir ao máximo o risco de acidentes e de doenças do trabalho.

Isto é conseguido através da aplicação de procedimentos profissionais seguros. Esses procedimentos são aplicados aos processos de trabalho e aos equipamentos utilizados. E também através do treinamento adequado, para que os colaboradores executem seus trabalhos com SEGURANÇA.

Tal posicionamento também deverá ser seguido pelos CONTRATADOS.

As diretrizes principais de Segurança do Trabalho são as seguintes:

- Garantir o cumprimento dos dispositivos técnicos e legais pertinentes à segurança e saúde dos empregados, de conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho e suas Normas Regulamentadoras.
- Promover permanentemente o gerenciamento dos riscos ambientais envolvendo instalações, equipamentos, processos e procedimentos de trabalho, visando a prevenção de acidentes e o controle de perdas humanas e materiais.
- Promover a educação, capacitação, conscientização e motivação dos empregados, visando a melhoria contínua das habilidades e atitudes relativas à prevenção de acidentes, preservação da saúde e valorização do ser humano.
- Avaliar e promover a melhoria do estado de saúde dos empregados no ambiente de trabalho, visando à constante busca do equilíbrio biopsicossocial.

As políticas de Segurança e Medicina do Trabalho da COCEL que também serão exigidas de seus CONTRATADOS são as seguintes:

- a) Integrar a análise e o controle dos riscos relativos à segurança e saúde dos empregados, ao seu próprio patrimônio e ao da COCEL e à proteção ao meio ambiente a todas as etapas das atividades, do projeto à manutenção.
- b) Buscar a preservação da integridade física e mental dos seus empregados e seus familiares, através de ações integradas das suas áreas de Segurança do Trabalho, Medicina do Trabalho, Serviço Social, Recrutamento, Seleção, Desenvolvimento, Treinamento e Meio Ambiente.
- c) Assegurar treinamento técnico e de segurança a todo empregado designado para área de risco, antes de assumir suas funções.
- d) Possibilitar uma estrutura dinâmica do seu Serviço de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho voltada a elaborar diretrizes e metas e dar suporte à prevenção de acidentes na sua Empresa.
- e) Atribuir aos seus gerentes, em cada área, a responsabilidade pela implementação das diretrizes e metas de prevenção de acidentes da Empresa e de terceiros.
- f) Priorizar ações preventivas e a obtenção de condições e recursos necessários para a execução das tarefas com segurança.
- g) Informar e orientar os consumidores, empregados e terceiros sobre os riscos decorrentes de nosso produto.

- h) Assegurar a todos os seus empregados o direito de adiar a realização de qualquer tarefa onde as medidas de segurança detectadas pela análise de risco não estejam satisfeitas.
- i) Considerar aspectos ergonômicos e de qualidade nos processos, métodos, equipamentos, veículos e materiais, com o objetivo de prevenir acidentes e assegurar a melhoria da qualidade de vida dos empregados e de terceiros.
- j) Atribuir aos seus supervisores e encarregados a promoção da prática de atitudes corretas dos empregados durante a execução dos trabalhos.
- k) Atribuir aos seus empregados a execução das tarefas com segurança, incluindo o uso dos equipamentos de proteção individuais e coletivos e o cumprimento das normas e instruções técnicas de segurança do trabalho.
- l) Exigir das suas empreiteiras o cumprimento da legislação vigente, bem como das normas e instruções internas relativas à segurança do trabalho e também de ações complementares que assegurem a integridade física e mental dos seus empregados e de terceiros.
- m) Cumprir e fazer cumprir a legislação que trata da prevenção de acidentes do trabalho.
- n) Considerar a prática da segurança do trabalho como inerente a quaisquer serviços executados, não podendo ser deles dissociada.
- o) Integrar os conceitos de qualidade, produtividade e segurança do trabalho, visando o índice zero de acidente.

4. INSTRUÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO

4.1 LEGISLAÇÃO

Na Lei n.º 6.514, de 22 de Dezembro de 1977 e na Portaria n.º 3.214, de 08 de Junho de 1978, o CONTRATADO encontrará as alterações atuais do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho.

Caberá ao CONTRATADO, também, o cumprimento de toda a legislação complementar referente ao assunto.

Com o objetivo de zelar pelo seu nome e imagem, a COCEL estabelecerá com os CONTRATADOS os seguintes acordos, relacionados ao cumprimento da Lei 6.514:

a) Disposições Gerais

- A COCEL fiscalizará as atividades relacionadas com segurança e medicina do trabalho desenvolvidas pelo CONTRATADO;
- A COCEL estabelecerá penalidades cabíveis por descumprimento das normas estabelecidas na legislação, providenciando as devidas notificações junto à Delegacia Regional do Trabalho.

IMPORTANTE:

A COCEL, antes do início das atividades contratadas, fiscalizará às seguintes situações junto aos CONTRATADOS:

- Relação dos empregados do CONTRATADO, contendo nome e cargo;
- Relação dos treinamentos realizados pelos empregados do CONTRATADO, conforme legislação vigente;
- Atestados de Saúde Ocupacional emitidos para os empregados do CONTRATADO, com a relação dos exames médicos realizados;
- Fichas dos EPIs entregues aos empregados do CONTRATADO, com a devida assinatura do recebimento. Essas fichas deverão conter o tipo, marca, modelo, fabricante, CA e prazo de validade dos equipamentos fornecidos;
- Plano de Segurança e Saúde do Trabalho, emitido por profissional habilitado, referente às atividades desenvolvidas pelo CONTRATADO a serviço da COCEL;
- Ordens de Serviço, emitidas pelo CONTRATADO, contendo a relação dos serviços a serem executados, os procedimentos de segurança que deverão ser seguidos e os EPIs e EPCs obrigatórios para a execução das tarefas;
- Indicação do representante do CONTRATADO para os assuntos de segurança e saúde ocupacional, conforme estabelecido pelas NRs 4 e 5.

b) Da inspeção prévia e do embargo ou interdição

■ A COCEL, sempre que ficar comprovada a existência de situações que comprometam a segurança e saúde dos seus empregados, a terceiros, ou ainda danos à sua propriedade por ocasião da execução de serviços de competência do CONTRATADO, exigirá a interrupção imediata dos serviços;

c) Dos órgãos de segurança e medicina do trabalho do CONTRATADO

■ A COCEL exigirá que os CONTRATADOS mantenham serviços de segurança e de medicina do trabalho, próprios ou contratados, de acordo com o dimensionamento estabelecido pela NR-4 da Portaria n.º 3.214, de 08 de Junho de 1978;

■ Independentemente de seus serviços de segurança e medicina do trabalho, os CONTRATADOS deverão participar dos programas estabelecidos pela COCEL para prevenção de acidentes e promoção da saúde física e mental de seus empregados;

■ Os CONTRATADOS deverão participar das reuniões das CIPAs da COCEL, em sua área de atuação, independentemente de terem ou não a sua própria CIPA, conforme estabelecido pela NR-5.

d) Do equipamento de proteção individual e coletivo

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





■ A COCEL fiscalizará, periodicamente, a situação de conservação e funcionamento dos equipamentos de proteção, individual ou coletivo, fornecido pelos CONTRATADOS aos seus empregados.

e) Das medidas preventivas de medicina do trabalho

■ A COCEL estabelecerá, junto com os CONTRATADOS, uma sistemática para notificação das doenças profissionais e das produzidas em virtude de condições especiais de trabalho.

f) Das instalações elétricas

■ Os CONTRATADOS deverão garantir treinamento de modo a qualificar seus empregados para instalar, operar, inspecionar ou reparar instalações elétricas;

■ Todos os empregados dos CONTRATADOS deverão estar familiarizados com métodos de socorro a acidentados por choque elétrico e de combate a incêndio.

g) Das atividades insalubres ou perigosas

■ Os CONTRATADOS deverão estabelecer, tendo por base laudos técnicos emitidos por profissionais habilitados, quais serão as atividades consideradas insalubres ou perigosas aos seus empregados;

■ Nos estabelecimentos dos CONTRATADOS, deverão ter afixados nos setores de trabalho, avisos ou cartazes com advertência quanto aos materiais, substâncias ou serviços perigosos ou nocivos à saúde.

h) Da prevenção da fadiga

■ Será obrigatório o fornecimento de mobiliário de escritório, equipamentos e acessórios que assegurem posturas de trabalho ergonomicamente corretas.

4.2 TRABALHOS COM SEGURANÇA

Segurança no trabalho indicará a condição de estar seguro no local onde os empregados desenvolvem suas atividades. É a certeza, a confiança, a garantia de que os empregados voltarão para suas casas em sua plena integridade física, pois adotarão atitudes firmes e decididas em seus locais de trabalho.

Os CONTRATADOS deverão proporcionar ambientes de trabalho seguro e saudável para todos os seus empregados, procurando reduzir ao máximo o *risco de acidentes e doenças do trabalho*.

Trabalhos com segurança poderão ser conseguidos através dos seguintes procedimentos:

- Seleção criteriosa das pessoas que realizarão trabalhos de risco;
- Avaliação médica periódica dos empregados;
- Treinamento adequado para todos empregados;
- Elaboração de Ordens de Serviço;
- Aplicação de procedimentos operacionais padronizados pela COCEL;





- Descrição das tarefas, dos riscos relacionados às mesmas e dos procedimentos de controle;
- Estabelecimento de procedimentos para casos de emergência;
- Supervisão sistemática dos serviços;
- Avaliação dos “quase acidentes” e investigação criteriosa dos acidentes.

A situação de *Segurança* é uma resultante de um trabalho conjunto, envolvendo os CONTRATADOS, seus supervisores, responsáveis pela segurança e, principalmente, os empregados.

As obrigações de cada um desses envolvidos são as seguintes:

■ **CONTRATADOS** - Os CONTRATADOS são os responsáveis pela Segurança e Saúde de seus empregados. São responsáveis pela manutenção de um ambiente de trabalho seguro e saudável, incluindo a salvaguarda de seus equipamentos e o desenvolvimento de operações e procedimentos de trabalho seguros, assegurando o treinamento necessário para a execução das atividades.

Supervisores - Os Supervisores são os representantes diretos do CONTRATADO. Suas atitudes para com um Programa de Segurança representam a orientação do CONTRATADO. Os Supervisores devem assegurar que o trabalho dos empregados não implique em risco pessoal. Além de garantir a integridade física do trabalhador, o Supervisor deve também evitar danos ao equipamento e material. O Supervisor é responsável direto pela segurança de seus subordinados.

■ *Responsáveis pela Segurança* - Os Responsáveis pela Segurança devem fazer o planejamento de um Programa de Segurança adequado às necessidades da empresa. Devem zelar pela implantação desse programa, analisando e recomendando equipamentos (novos e existentes) que garantam operações seguras, bem como a aplicação das normas de segurança que dêem a garantia da integridade física do trabalhador.

■ *Empregados* - Os procedimentos e normas de segurança devem ser seguidos obrigatoriamente por cada empregado e representam condição de emprego. Cada empregado deve cumprir todas as normas e procedimentos de Segurança e Saúde; relatar qualquer situação insegura; usar todo equipamento de proteção individual exigido para seu trabalho; manter e cuidar adequadamente de equipamento de proteção e ferramental utilizados; apresentar propostas para melhorar os procedimentos de trabalho e a segurança; relatar qualquer dano ocorrido com equipamento ou ferramenta; relatar todas as situações de “quase acidente” que tenha presenciado.

O CONTRATADO deverá implantar um “Comitê de Investigação e Prevenção de Acidentes”, caso não constitua uma CIPA.

Este Comitê deverá ter representantes de cada setor de atividade do CONTRATADO, reunir-se-á mensalmente e será o responsável pelo estabelecimento de diretrizes gerais de

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





segurança e demais regras do Programa de Segurança, além de analisar os “quase acidentes” e os eventuais acidentes, objetivando estabelecer mecanismos de controle e de prevenção.

4.3 REGRAS DE SEGURANÇA

Todo jogo tem suas regras. Futebol, basquete, vôlei, natação e outros esportes são jogados com regras próprias, o que torna possível a competição. Se elas não existissem, ninguém se entenderia, ou seja, cada jogador faria aquilo que achasse certo e o jogo tornar-se-ia confuso.

No trabalho é a mesma coisa. Quando se fala em *Segurança*, a existência de regras se torna imprescindível. Quando as *Regras de Segurança* não são seguidas, ou quando são esquecidas, o trabalhador corre o risco de se acidentar ou provocar um acidente em outro companheiro.

O objetivo único das Regras de Segurança é evitar *acidentes de trabalho*.

O profissional competente segue as regras, porque ele respeita a sua própria integridade física e a de seus colegas. Responsável, o trabalhador respeita os avisos e sinais de segurança. Comunica imediatamente a seus supervisores qualquer lesão sofrida no trabalho ou fora dele. Cuida de sua saúde física e mental. E também não modifica ou adultera dispositivos de segurança.

Quando não segue as regras do jogo, o jogador recebe cartão amarelo ou vermelho. O jogo do trabalho também tem suas penalidades. Quem não obedece uma ou mais regras de segurança pode receber “cartão amarelo”, através de uma advertência (verbal, escrita ou suspensão) que procura conscientizá-lo para o risco de sua atitude. Quando o empregado insistir em continuar desrespeitando as regras de segurança, ele não poderá mais continuar “jogando”. Receberá “cartão vermelho” e será expulso - demitido por justa causa.

Situações que merecem destaque nas *Regras de Segurança*:

- A obediência às Regras de Segurança é obrigatória para todos os empregados do CONTRATADO.
- Nenhum serviço poderá ser iniciado sem que todos os empregados envolvidos na tarefa tenham feito o planejamento das atividades e avaliado os riscos potenciais.
- Nenhum equipamento poderá ser ligado antes de ser verificado se outras pessoas poderão ser afetadas ou se existirá qualquer outra situação que possa levar a um acidente.
- Os dispositivos ou sinalização de impedimento de equipamentos somente poderão ser retirados após autorização do responsável pela execução dos serviços.
- Nenhum empregado poderá ligar ou operar equipamento elétrico sem estar devidamente treinado e autorizado pelo Supervisor responsável.



4.4 INVESTIGAÇÃO DE ACIDENTES

Investigar acidentes é tentar descobrir a verdadeira causa de um determinado fato. Deve-se desvendar o “mistério”, porém sem que haja a preocupação maior em se descobrir quem é o “criminoso”.

Quando se investiga um *Acidente de Trabalho*, o propósito é descobrir qual foi o fato que motivou o acidente e o que deve ser feito para evitar que ele se repita. Uma completa investigação de acidentes é essencial para um efetivo *Programa de Segurança*.

Uma correção positiva e uma ação efetiva de combate a um novo acidente não podem ser formuladas com base em conjecturas ou opiniões.

Os responsáveis pela investigação devem procurar dados e fatos que mostrem com imparcialidade, qual ou quais foram as verdadeiras causas do acidente.

Devem conversar com todos os envolvidos, devem colher informações, devem avaliar os processos de trabalho e as rotinas existentes. Devem simular as condições em que ocorreu o acidente, na busca de ações preventivas.

4.5 EPIs E EPCs

EPI - Equipamento de Proteção Individual é todo dispositivo de uso individual destinado a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador.

EPC - Equipamento de Proteção Coletiva é todo dispositivo de uso coletivo destinado a proteger a saúde e a integridade física de todos os integrantes da equipe de trabalho.

O CONTRATADO é obrigado a fornecer aos seus empregados, gratuitamente, todos os EPIs e EPCs necessários e adequados ao desenvolvimento das tarefas.

É obrigação dos seus empregados usar e conservar os equipamentos de proteção para a finalidade a que se destinam.

Tipos de proteção individual mais comuns:

■ Proteção dos Olhos

Os olhos deverão ser protegidos contra partículas, produtos químicos e contra radiações infra-vermelhas ou ultravioletas, provenientes das atividades desenvolvidas.

■ Proteção dos Pés

Como qualquer outra parte do corpo, os pés devem ser resguardados de um acidente.

Há calçados seguros e adequados para cada tipo de atividade. Por exemplo: calçados com biqueiras de aço são próprios para trabalhos onde exista possibilidade de quedas ou rolamento de objetos, porém não podem ser utilizados em trabalhos com eletricidade.

■ Proteção de Mãos, Braços e Corpo

A proteção aos membros e corpo dos empregados tem o mesmo grau de importância que a proteção da visão, por exemplo. A integridade física do trabalhador na sua totalidade é a finalidade principal das normas e procedimentos de segurança. Todas



as operações de trabalho devem ser analisadas ou avaliadas para se determinar a necessidade de proteção das mãos, dos braços e do corpo. Membros e corpo devem ser protegidos contra cortes, escoriações calor, objetos perfurantes, produtos químicos e choque elétrico.

■ Proteção da Cabeça

A cabeça é a parte central do corpo, pois contém o cérebro. Qualquer pancada com gravidade pode afetar seriamente o organismo dos trabalhadores, deixando seqüelas, algumas delas irremediáveis.

Objetos que caem, objetos que são lançados, queimaduras, choque elétrico colocam em risco a cabeça do trabalhador, que deve ser protegida com o capacete adequado.

■ Proteção aos ouvidos

Ruídos provenientes de máquinas - compressores, empilhadeiras, ... ou de arcos elétricos podem causar, ao longo do tempo de vida, perda de capacidade auditiva.

Portanto, é recomendável que os colaboradores usem os protetores auriculares como forma de garantir sua audição perfeita mesmo com o passar dos anos.

A proteção adequada é estabelecida pelo Representante de Segurança, o qual deverá manter fichas individuais dos empregados para controle de entrega e uso dos equipamentos de segurança.

4.6 REGISTROS E CONTROLES ESTATÍSTICOS

Todo CONTRATADO deverá manter registro e controle dos acidentes ocorridos em sua área de atuação, considerando-se a seguinte caracterização:

- acidentes com seus próprios empregados;
- acidentes ocorridos com suas subcontratadas;
- acidentes ocorridos com terceiros, tendo como causa a energia elétrica.

Mensalmente deverá informar o acompanhamento estatístico desses acidentes, conforme formatação estabelecida pela COCEL.

4.7 DIVULGAÇÃO AOS CONSUMIDORES

É responsabilidade do CONTRATADO informar aos seus clientes e terceiros, os riscos do seu produto quanto ao seu uso e manuseio.

O CONTRATADO deverá participar das campanhas e ações de orientação ao público consumidor que vierem a ser feitas pela COCEL.

4.8 SEGURANÇA PARA EMPREITEIRAS

Quando um CONTRATADO Sb emprestar uma obra ou serviço, esse seu contratado deverá aceitar e observar todas as Regras de Segurança estabelecidas pelo contratante e pela COCEL.



É responsabilidade do CONTRATADO ou de seu supervisor, fornecer à nova contratada uma lista das Regras de Segurança, certificando-se que tudo foi corretamente compreendido.

É responsabilidade da nova empreiteira contratada informar sobre eventuais riscos associados à atividade exercida.

As novas contratadas devem ainda:

- Informar seus empregados sobre os riscos específicos, sinalizações e procedimentos de emergência;
- Fornecer treinamento e equipamentos de proteção individual e coletiva aos seus colaboradores;
- Cumprir todos os regulamentos legais de Segurança e Medicina do Trabalho;
- Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do contratante ou a terceiros;
- Responsabilizar-se pelos primeiros socorros e assistência médica a seus empregados;
- Obter autorização junto ao supervisor do contratante para a operação dos equipamentos pertencentes ao sistema elétrico.

5. INSTRUÇÕES DE MEDICINA DO TRABALHO

As instruções de Medicina do Trabalho tem o objetivo de promover e preservar a saúde de todos os empregados, estabelecendo os parâmetros mínimos e diretrizes gerais a serem observados pelos CONTRATADOS.

Todos os procedimentos relacionados à Medicina do Trabalho deverão ser planejados e implantados com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente aqueles identificados nas avaliações previstas nas Normas Regulamentadoras.

De modo geral as instruções de Medicina do Trabalho deverão compreender as seguintes ações:

- Realização de exames médicos - admissional, periódico, especial, de retorno ao trabalho e de demissão;
- Avaliação dos ambientes, condições de trabalho e riscos a que os trabalhadores estão expostos.

Com o objetivo de zelar pelo seu nome e imagem, a COCEL estabelecerá com os CONTRATADOS os seguintes acordos, relacionados ao cumprimento da NR-7 da Portaria n.º 3.214, de 08 de Junho de 1978:

a) Disposições Gerais

- A COCEL fiscalizará as atividades relacionadas com segurança e medicina do trabalho desenvolvidas pelo CONTRATADO;



■ A COCEL estabelecerá penalidades cabíveis por descumprimento das normas estabelecidas na legislação, providenciando as devidas notificações junto à Delegacia Regional do Trabalho.

b) Dos órgãos de segurança e medicina do trabalho do CONTRATADO

■ A COCEL exigirá que os CONTRATADOS mantenham serviços de segurança e de medicina do trabalho, próprios ou contratados, de acordo com o dimensionamento estabelecido pela NR-4 da Portaria n.º 3.214, de 08 de Junho de 1978;

■ Independentemente de seus serviços de segurança e medicina do trabalho, os CONTRATADOS deverão participar dos programas estabelecidos pela COCEL para prevenção de acidentes e promoção da saúde física e mental de seus colaboradores;

c) Das medidas preventivas de medicina do trabalho

■ A COCEL estabelecerá, junto com os CONTRATADOS, uma sistemática para notificação das doenças profissionais e das produzidas em virtude de condições especiais de trabalho.

5.1 EXAME MÉDICO DE ADMISSÃO

É o exame que integra o processo seletivo e determina as condições de aptidão física e mental do candidato relativas a seu ajustamento à função, com validade de 6 meses.

É constituído de:

a) Exame Clínico

- Identificação;
- Avaliação ocupacional;
- História patológica pregressa;
- História social e familiar;
- Queixas atuais;
- Exame físico;
- Diagnóstico.

b) Exames complementares

A critério médico deverão ser solicitados demais tipos de exames necessários a esclarecimento de diagnóstico, principalmente para os profissionais destinados a cargos que envolvam atividades de risco.

Deverá ser emitido parecer médico indicando estar o candidato apto ou inapto para a função proposta.

5.2 EXAME MÉDICO PERIÓDICO

É o exame utilizado para a proteção e promoção da saúde dos empregados, pela identificação das manifestações patológicas causadas ou não pela natureza do trabalho.

Aplica-se a todo empregado, realizando-se:

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





- Anualmente para empregados com idade superior a 45 anos;
- A cada dois anos, para empregados com idade até 44 anos;
- Anualmente, independente da idade, para empregado que exerce função de risco, ou seja, portador de doença crônica;
- Semestralmente, para empregado exposto aos riscos discriminados nos quadros I e II da NR-7.

É constituído de:

a) Exame Clínico

- Identificação;
- Avaliação ocupacional;
- História patológica pregressa;
- História social e familiar;
- Queixas atuais;
- Exame físico;
- Diagnóstico.

b) Exames complementares

A critério médico deverão ser solicitados demais tipos de exames necessários a esclarecimento de diagnóstico, principalmente para os profissionais destinados a cargos que envolvam atividades de risco.

5.3 EXAME MÉDICO ESPECIAL

É o exame que avalia as condições de saúde do empregado, em função de interesse específico.

Aplica-se ao empregado em qualquer das situações abaixo:

- mudança de função para outra que envolva maior risco de segurança;
- readaptação ou reabilitação profissional (capacidade reduzida);
- reiteradas faltas ao trabalho;
- simulação de doença;
- mudança de comportamento;
- perícia médica (auxílio doença acima de 15 dias);
- suspeita de doença transmissível;
- treinamento no exterior;
- avaliação de estagiários e técnicos com contrato especial;
- credenciamento para dirigir veículos.

Os exames clínico e complementar específicos para cada situação deverão ser realizados com o objetivo de identificar manifestações patológicas passíveis de repercutir

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



sobre a capacidade laborativa do empregado. Os exames serão selecionados pelo médico, de acordo com a análise das tarefas próprias às funções do empregado ou às suas queixas.

5.4 EXAME MÉDICO DE RETORNO AO TRABALHO

É o exame que avalia as condições de saúde para retorno ao trabalho, de empregado afastado por período igual ou superior a 30 dias, por doença, acidente ou parto.

Aplica-se ao empregado em qualquer das situações abaixo:

- retorno ao trabalho após ausência igual ou superior a 30 dias, por motivo de doença ou acidente;
- retorno ao trabalho pós-parto.

Deverão ser realizados exames clínico e complementar específicos, necessários para a avaliação do empregado.

Os exames deverão ser realizados no primeiro dia de retorno ao trabalho.

5.5 EXAME MÉDICO DE DEMISSÃO

É o exame realizado por ocasião da cessação do contrato de trabalho, dentro dos 15 dias que antecederem o desligamento definitivo do empregado.

É constituído de:

a) Exame Clínico

- Identificação;
- Avaliação ocupacional;
- História patológica preserva;
- História social e familiar;
- Queixas atuais;
- Exame físico;
- Diagnóstico.

b) Exames complementares

A critério médico deverão ser solicitados demais tipos de exames necessários a esclarecimento de diagnóstico, principalmente para os profissionais que ocuparam cargos envolvidos em atividades de risco. Exemplo típico é o caso de audiogramas para empregados que exerceram funções expostas a ruído.

6. CONCLUSÕES

As pessoas envolvidas e comprometidas com a *Segurança e Saúde* dos trabalhadores fazem uso de uma série de métodos para controlar e modificar o ambiente de trabalho na tentativa de melhorar a segurança.

Procedimentos e recomendações de engenharia (modificações em equipamentos e processos de trabalho), controles administrativos (limitação do número de horas que um empregado pode ficar exposto a um risco potencial), ou o uso de equipamentos de proteção individual são exemplos dos passos que devem ser dados para garantir a *Saúde e a Segurança* dos empregados. No entanto, essas precauções são tão eficazes quanto as atitudes e comportamentos dos empregados.

As atitudes dos empregados são afetadas pela eficiência do sistema geral. A comunicação entre a força de trabalho e a alta direção, gerentes e supervisores necessitam ser clara e precisa, projetando metas realistas que sejam benéficas tanto para o empregado quanto para o empregador.

Um ambiente de trabalho seguro e saudável não passa a existir por acaso. Ele resulta de esforços bem planejados e da aplicação de metodologias testadas e aprovadas, construídas a partir de experiências prévias. O sucesso (ou o fracasso) de um *Programa de Segurança e Medicina do Trabalho* depende fortemente da busca contínua da gerência por melhorias.

Os gerentes e supervisores que trabalham ativamente com as pessoas - ao invés de tentar controlá-las - devem incentivar um clima de trabalho em equipe. Quando se consegue esse tipo de atmosfera, os membros da equipe se sentem desafiados a criar novas soluções para operações de risco que possam comprometer a segurança.

O resultado é um programa dinâmico que forçosamente envolve todos os empregados no processo de "SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO".

ANEXO XII**CHECK LIST - FRENTE DE TRABALHO**

A contratada deve se basear principalmente nas NR'S-10, 18, 21, e 24, quando se tratar de colaboradores alojados ou nas frentes de trabalho, pois os trabalhos serão executados em locais considerados como canteiros de obras ou frentes de trabalho, estes locais devem atender as Legislações federais, estaduais e Municipais. Deve ser observado também as Convenções Coletivas de Trabalho e os Acordos Coletivos de Trabalho.

A contratada sofrerá inspeções periódicas pelo setor de segurança do trabalho da Cotel, essas inspeções serão realizadas tanto nas frentes de trabalho como nos alojamentos para garantir o bom andamento dos trabalhos e sua continuidade. Segue abaixo NR,s que a contratada deve cumprir, devendo ser observada outras legislações vigentes pois as NR,s informadas abaixo não esgotam o entendimento naquilo que se trata da saúde e segurança dos trabalhadores.

NR 10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE**NR 18 - CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO****NR 21 – Trabalhos a Céu Aberto****NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho**

A contratada que optar por utilizar alojamento, este será item de inspeção antes de iniciar as atividades, assim como é realizado com as ferramentas, EPI'S, EPC'S, veículos e outros. A contratada deve apresentar no dia da inspeção para habilitação dos trabalhos, os seguintes equipamentos que serão utilizados em campo pelos colaboradores.

CHECK LIST - FRENTE DE TRABALHO

- a) banheiro químico ou barraca sanitária;
- b) Abrigo para as refeições e intempéries do tipo barraca (tenda) de lona impermeável ou equivalente;
- c) mesa com banquetas em número suficiente para todos os colaboradores;
- d) recipiente para colocar água para higienização das mãos;
- e) lavatório tipo bacia para lavagem das mãos;
- f) papel toalha ou outro meio para enxugo das mãos;
- g) Garrafa térmica para água potável de 3 litros para cada colaborador de uso individual;
- h) lixeira com tampa para resíduos;
- i) marmitta individual para cada colaborador;
- j) galão de 5 litros para combustível em metal tipo militar;

A observância do estabelecido na NR 18 não desobriga os empregadores do cumprimento das disposições relativas às condições e meio ambiente de trabalho, determinadas na legislação federal, estadual e/ou municipal, e em outras estabelecidas em negociações coletivas de trabalho.

NR 18 - Instalações

18.4.2.1 Entende-se como instalação sanitária o local destinado ao asseio corporal e/ou ao atendimento das necessidades fisiológicas de excreção.

18.4.2.2 É proibida a utilização das instalações sanitárias para outros fins que não aqueles previstos no subitem 18.4.2.1.

18.4.2.3 As instalações sanitárias devem:

- a) ser mantidas em perfeito estado de conservação e higiene;
- b) ter portas de acesso que impeçam o devassamento e ser construídas de modo a manter o resguardo conveniente;
- c) ter paredes de material resistente e lavável, podendo ser de madeira;
- d) ter pisos impermeáveis, laváveis e de acabamento antiderrapante; e) não se ligar diretamente com os locais destinados às refeições;
- f) ser independente para homens e mulheres, quando necessário;
- g) ter ventilação e iluminação adequadas;
- h) ter instalações elétricas adequadamente protegidas; i) ter pé-direito mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), ou respeitando-se o que determina o Código de Obras do Município da obra;
- j) estar situadas em locais de fácil e seguro acesso, não sendo permitido um deslocamento superior a 150 (cento e cinquenta) metros do posto de trabalho aos gabinetes sanitários, mictórios e lavatórios.

18.4.2.4 A instalação sanitária deve ser constituída de lavatório, vaso sanitário e mictório, na proporção de 1 (um) conjunto para cada grupo de 20 (vinte) trabalhadores ou fração, bem como de chuveiro, na proporção de 1 (uma) unidade para cada grupo de 10 (dez) trabalhadores ou fração.

18.4.2.5 Lavatórios

18.4.2.5.1 Os lavatórios devem:

- a) ser individual ou coletivo, tipo calha;
- b) possuir torneira de metal ou de plástico;
- c) ficar a uma altura de 0,90m (noventa centímetros);
- d) ser ligados diretamente à rede de esgoto, quando houver;
- e) ter revestimento interno de material liso, impermeável e lavável;
- f) ter espaçamento mínimo entre as torneiras de 0,60m (sessenta centímetros), quando coletivos;
- g) dispor de recipiente para coleta de papéis usados.

18.4.2.6 Vasos sanitários

18.4.2.6.1. O local destinado ao vaso sanitário (gabinete sanitário) deve:

- a) ter área mínima de 1,00m² (um metro quadrado);
- b) ser provido de porta com trinco interno e borda inferior de, no máximo, 0,15m (quinze centímetros) de altura;
- c) ter divisórias com altura mínima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros);
- d) ter recipiente com tampa, para depósito de papéis usados, sendo obrigatório o fornecimento de papel higiênico.

18.4.2.6.2 Os vasos sanitários devem:

- a) ser do tipo bacia turca ou sifonado;
- b) ter caixa de descarga ou válvula automática;
- c) ser ligado à rede geral de esgotos ou à fossa séptica, com interposição de sifões hidráulicos.

18.4.2.7 Mictórios

18.4.2.7.1 Os mictórios devem:

- a) ser individual ou coletivo, tipo calha;
- b) ter revestimento interno de material liso, impermeável e lavável;
- c) ser providos de descarga provocada ou automática;
- d) ficar a uma altura máxima de 0,50m (cinquenta centímetros) do piso;
- e) ser ligado diretamente à rede de esgoto ou à fossa séptica, com interposição de sifões hidráulicos.

18.4.2.7.2 No mictório tipo calha, cada segmento de 0,60m (sessenta centímetros) deve corresponder a um mictório tipo cuba.

18.4.2.8 Chuveiros

18.4.2.8.1 A área mínima necessária para utilização de cada chuveiro é de 0,80m² (oitenta decímetros quadrados), com altura de 2,10m (dois metros e dez centímetros) do piso.

18.4.2.8.2 Os pisos dos locais onde forem instalados os chuveiros devem ter caimento que assegure o escoamento da água para a rede de esgoto, quando houver, e ser de material antiderrapante ou provido de estrados de madeira.

18.4.2.8.3 Os chuveiros devem ser de metal ou plástico, individuais ou coletivos, dispondo de água quente.

18.4.2.8.4 Deve haver um suporte para sabonete e cabide para toalha, correspondente a cada chuveiro.

18.4.2.8.5 Os chuveiros elétricos devem ser aterrados adequadamente.

18.4.2.9 Vestiário

18.4.2.9.1 Todo canteiro de obra deve possuir vestiário para troca de roupa dos trabalhadores que não residem no local.

18.4.2.9.2 A localização do vestiário deve ser próxima aos alojamentos e/ou à entrada da obra, sem ligação direta com o local destinado às refeições.

18.4.2.9.3 Os vestiários devem:

- a) ter paredes de alvenaria, madeira ou material equivalente;
- b) ter pisos de concreto, cimentado, madeira ou material equivalente; c) ter cobertura que proteja contra as intempéries;
- d) ter área de ventilação correspondente a 1/10 (um décimo) de área do piso;
- e) ter iluminação natural e/ou artificial;
- f) ter armários individuais dotados de fechadura ou dispositivo com cadeado;
- g) ter pé-direito mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), ou respeitando-se o que determina o Código de Obras do Município, da obra;
- h) ser mantidos em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza;
- i) ter bancos em número suficiente para atender aos usuários, com largura mínima de 0,30m (trinta centímetros).

18.4.2.10 Alojamento

18.4.2.10.1 Os alojamentos dos canteiros de obra devem:

- a) ter paredes de alvenaria, madeira ou material equivalente;
- b) ter piso de concreto, cimentado, madeira ou material equivalente;
- c) ter cobertura que proteja das intempéries;
- d) ter área de ventilação de no mínimo 1/10 (um décimo) da área do piso; e) ter iluminação natural e/ou artificial;
- f) ter área mínima de 3,00m² (três metros) quadrados por módulo cama/armário, incluindo a área de circulação;
- g) ter pé-direito de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) para cama simples e de 3,00m (três metros) para camas duplas;
- h) não estar situados em subsolos ou porões das edificações;
- i) ter instalações elétricas adequadamente protegidas.

18.4.2.10.2 É proibido o uso de 3 (três) ou mais camas na mesma vertical.

18.4.2.10.3 A altura livre permitida entre uma cama e outra e entre a última e o teto é de, no mínimo, 1,20m (um metro e vinte centímetros).

18.4.2.10.4 A cama superior do beliche deve ter proteção lateral e escada.

18.4.2.10.5 As dimensões mínimas das camas devem ser de 0,80m (oitenta centímetros) por 1,90m (um metro e noventa centímetros) e distância entre o ripamento do estrado de 0,05m (cinco centímetros), dispondo ainda de colchão com densidade 26 (vinte e seis) e espessura mínima de 0,10m (dez centímetros).

18.4.2.10.6 As camas devem dispor de lençol, fronha e travesseiro em condições adequadas de higiene, bem como cobertor, quando as condições climáticas assim o exigirem.

18.4.2.10.7 Os alojamentos devem ter armários duplos individuais com as seguintes dimensões mínimas: a) 1,20m (um metro e vinte centímetros) de altura por 0,30m (trinta centímetros) de largura e 0,40m (quarenta centímetros) de profundidade, com separação

ou prateleira, de modo que um compartimento, com a altura de 0,80m (oitenta centímetros), se destine a abrigar a roupa de uso comum e o outro compartimento, com a altura de 0,40m (quarenta centímetros), a guardar a roupa de trabalho; ou b) 0,80m (oitenta centímetros) de altura por 0,50m (cinquenta centímetros) de largura e 0,40m (quarenta centímetros) de profundidade com divisão no sentido vertical, de forma que os compartimentos, com largura de 0,25m (vinte e cinco centímetros), estabeleçam rigorosamente o isolamento das roupas de uso comum e de trabalho.

18.4.2.10.8 É proibido cozinhar e aquecer qualquer tipo de refeição dentro do alojamento.

18.4.2.10.9 O alojamento deve ser mantido em permanente estado de conservação, higiene e limpeza.

18.4.2.10.10 É obrigatório no alojamento o fornecimento de água potável, filtrada e fresca, para os trabalhadores por meio de bebedouros de jato inclinado ou equipamento similar que garanta as mesmas condições, na proporção de 1 (um) para cada grupo de 25 (vinte e cinco) trabalhadores ou fração.

18.4.2.10.11 É vedada a permanência de pessoas com moléstia infecto-contagiosa nos alojamentos.

18.4.2.11 Local para refeições

18.4.2.11.1 Nos canteiros de obra é obrigatória a existência de local adequado para refeições.

18.4.2.11.2 O local para refeições deve:

- a) ter paredes que permitam o isolamento durante as refeições;
- b) ter piso de concreto, cimentado ou de outro material lavável;
- c) ter cobertura que proteja das intempéries;
- d) ter capacidade para garantir o atendimento de todos os trabalhadores no horário das refeições;
- e) ter ventilação e iluminação natural e/ou artificial;
- f) ter lavatório instalado em suas proximidades ou no seu interior;
- g) ter mesas com tampo lisos e laváveis;
- h) ter assentos em número suficiente para atender aos usuários;
- i) ter depósito, com tampa, para detritos;
- j) não estar situado em subsolos ou porões das edificações;
- k) não ter comunicação direta com as instalações sanitárias;
- l) ter pé-direito mínimo de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), ou respeitando-se o que determina o Código de Obras do Município, da obra.

18.4.2.11.3 Independentemente do número de trabalhadores e da existência ou não de cozinha, em todo canteiro de obra deve haver local exclusivo para o aquecimento de refeições, dotado de equipamento adequado e seguro para o aquecimento.

18.4.2.11.3.1 É proibido preparar, aquecer e tomar refeições fora dos locais estabelecidos neste subitem.

18.4.2.11.4 É obrigatório o fornecimento de água potável, filtrada e fresca, para os trabalhadores, por meio de bebedouro de jato inclinado ou outro dispositivo equivalente, sendo proibido o uso de copos coletivos.

18.4.2.12 Cozinha

18.4.2.12.1 Quando houver cozinha no canteiro de obra, ela deve:

- a) ter ventilação natural e/ou artificial que permita boa exaustão;
- b) ter pé-direito mínimo de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), ou respeitando-se o Código de Obras do Município da obra;
- c) ter paredes de alvenaria, concreto, madeira ou material equivalente;
- d) ter piso de concreto, cimentado ou de outro material de fácil limpeza;
- e) ter cobertura de material resistente ao fogo;
- f) ter iluminação natural e/ou artificial;
- g) ter pia para lavar os alimentos e utensílios;
- h) possuir instalações sanitárias que não se comuniquem com a cozinha, de uso exclusivo dos encarregados de manipular gêneros alimentícios, refeições e utensílios, não devendo ser ligadas à caixa de gordura;
- i) dispor de recipiente, com tampa, para coleta de lixo;
- j) possuir equipamento de refrigeração para preservação dos alimentos;
- k) ficar adjacente ao local para refeições;
- l) ter instalações elétricas adequadamente protegidas;
- m) quando utilizado GLP, os botijões devem ser instalados fora do ambiente de utilização, em área permanentemente ventilada e coberta.

18.4.2.12.2 É obrigatório o uso de aventais e gorros para os que trabalham na cozinha.

18.4.2.13 Lavanderia

18.4.2.13.1 As áreas de vivência devem possuir local próprio, coberto, ventilado e iluminado para que o trabalhador alojado possa lavar, secar e passar suas roupas de uso pessoal.

18.4.2.13.2 Este local deve ser dotado de tanques individuais ou coletivos em número adequado.

18.4.2.13.3 A empresa poderá contratar serviços de terceiros para atender ao disposto no item 18.4.2.13.1, sem ônus para o trabalhador.

18.4.2.14 Área de lazer

18.4.2.14.1 Nas áreas de vivência devem ser previstos locais para recreação dos trabalhadores alojados, podendo ser utilizado o local de refeições para este fim.

ANEXO XIII**REGISTRO DE ACIDENTES COM CONTRATADOS**

Apresentação:

Por solicitação da ANEEL, as empresas concessionárias de energia elétrica deverão informar dados relativos aos acidentes do trabalho ocorridos com os seus contratados. Tais informações servirão como base para o acompanhamento dos dados estatísticos de acidente de trabalho. Desta forma, solicitamos o preenchimento da planilha constante do Anexo X que deverá ser entregue mensalmente a COCEL. Agradecemos a cooperação e temos a certeza de que deste trabalho resultarão ações para a melhoria da prevenção de acidentes e doenças do trabalho.

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

Número de Acidentes: Quantidade de acidentes que resultaram em lesão decorrente de serviços prestados a Cotel mês a mês;

Número de Acidentados: Quantidade de empregados acidentados com lesão a serviço da Cotel mês a mês.

Dias Perdidos/Debitados: Quantidade de dias perdidos e/ou debitados decorrentes dos acidentados a serviço da Cotel mês a mês.

Energia: Quantidade de empregados que se envolveram em acidentes com energia e sem energia acumulados no período.

Afastamento: Quantidade de acidentados com e sem afastamento do trabalho acumulados no período.

Fatais: Quantidade de acidentados fatais ocorridos no mês.

Encaminhamento: Enviar mensalmente, junto com a fatura, à COCEL.

Observação: Para cada contrato deverá ser preenchida uma planilha.

ANEXO XIV**PLANILHAS DE REGISTRO DE ACIDENTES COM CONTRATADOS****Número do Contrato:****Nome da Empreiteira:****Área da Cocal onde a Empreiteira Atua:****Número Empregados a Serviço da Cocal:**

Número de Acidentes												Acidentes Acumulados
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	

Número de Acidentados												Acidentes Acumulados
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	

Energia

Com	Sem	Total

Afastamento

Com	Sem	Total

ANEXO XV**MATRIZ DE RISCOS**

ITEM	ITEM DE SERVIÇO /OBRA	RISCO/DEFINIÇÃO	LIBERDADE PARA INOVAÇÃO	ALOCACÃO	OBSERVAÇÕES
1	Todos os itens do objeto	Custos não previstos com exigências dos órgãos externos.	Não há	CONTRATADA	É responsável pelo pagamento ou ressarcimento dos custos decorrente de medidas compensatórias exigidas pelos órgãos públicos e/ou concessões quando estes não estiverem previamente estabelecidos no edital de licitação. (Ex. Compensação por execução fora dos padrões de atividades previstas nos manuais de instruções técnicas)
2	Todos os itens do objeto	Danos e prejuízos causados a terceiros.	Não há	CONTRATADA	É responsável pelo ressarcimento de todos os danos e prejuízos a terceiros decorrentes da execução do objeto do contrato.
3	Todos os itens do objeto	Inexecução do objeto do contrato em decorrência de sinistros, roubos de materiais, veículos, ferramentas ou instalações de propriedade da contratada à disposição do contrato.	Não há	CONTRATADA	É responsável pelo atraso no prazo de execução caso ocorram prejuízos decorrentes de roubos, sinistros, vendaval ou incêndio. Os prejuízos dos bens roubados ou sinistrados também são de responsabilidade da contratada.
4	Todos os itens do objeto	Atraso no fornecimento dos materiais e/ou equipamentos.	Não há	COMPARTILHADO	CONTRATADA - É responsável pelos atrasos no prazo dos fornecimentos de equipamentos e materiais sob sua incumbência, bem como, pelos atrasos decorridos da ausência de solicitação formal dentro das condições previstas no Contrato dos materiais e equipamentos a cargo da Contratante.

LICITAÇÃO n ° 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



					<p>Ex. Atrasos decorrentes da escassez de materiais, veículos e/ou ferramentas junto a fornecedores comerciais.</p> <p>CONTRATANTE - É responsável pelos atrasos no prazo dos fornecimento de equipamentos e materiais sob sua incumbência e pelos atrasos das inspeções de equipamentos a cargo da Contratada dentro das condições previstas no Contrato.</p>
5	Todos os itens do objeto	Supressão de quantidades de serviços, materiais e/ou equipamentos desnecessários à conclusão do objeto.	Não há	CONTRATADA	<p>CONTRATANTE - É responsável por comunicar a Contratada em tempo hábil a relação de serviços, materiais e/ou equipamentos desnecessários à conclusão do objeto do contrato.</p> <p>CONTRATADA - Recebida a comunicação da Contratante, caso necessário, efetuar os ajustes em seu cronograma executivo do contrato</p>
6	Todos os itens do objeto	Variação dos preços de insumos, materiais, ferramentas, equipamentos, reajustes salariais e/ou alíquotas de impostos.	Não há	CONTRATADA	<p>É responsável por assegurar que todos os integrantes das equipes de trabalho recebam suas verbas trabalhistas de acordo com as normas vigentes, que tenham sempre a sua disposição, todos os insumos, materiais, equipamentos e ferramentas inerentes a execução do objeto do contrato, em bom estado de uso, procedendo sua reposição ou substituição conforme condições previstas no Contrato.</p>
7	Todos os itens do objeto	Acidentes de trabalho, gerando atrasos na execução dos serviços, aumento de custo, ações trabalhistas	Não há	COMPARTILHADO	<p>CONTRATADA - É responsável pelo atendimento a legislação vigente, pela manutenção de ambiente e comportamentos seguros, pelo ressarcimento de todos custos advindos de acidentes de trabalho e/ou ações trabalhistas bem como pelos atrasos nos prazos gerados pelas ocorrências de acidente de trabalho conforme condições previstas no Contrato.</p>

LICITAÇÃO n.º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



					CONTRATANTE - É responsável pela comunicação imediata à Contratada de qualquer ambiente ou comportamento inseguro detectado por sua fiscalização dentro da área de execução do objeto do contrato.
8	Todos os itens do objeto	Deficiência de recursos humanos para atendimento aos serviços previstos no objeto do contrato.	Não há	CONTRATADA	É responsável por proceder, sempre que necessário, a reposição de equipes de trabalho, no tempo e locais definidos, para assegurar o cumprimento do objeto do contrato, conforme estabelecido nas cláusulas contratuais. (Ex.: Férias, ausências legais e/ou qualquer tipo de absenteísmo)
9	Todos os itens do objeto	Escassez de mão de obra	Não há	CONTRATADA	É responsável por avaliar o mercado de trabalho em relação às funções e capacitações da mão de obra necessária para viabilizar a execução do contrato.
10	Todos os itens do objeto	Reclamação de clientes, em função de mal comportamento ou atos praticados pelos empregados do contrato, quando procedentes.	Não há	COMPARTILHADO	CONTRATADA: É responsável pela conduta e comportamento de seus empregados, devendo adotar as medidas cabíveis. CONTRATANTE: Caso seja identificada má conduta ou comportamento inadequado dos empregados terceiros, é responsável por tomar as medidas contratuais cabíveis.
11	Todos os itens do objeto	Precarização da prestação do serviço	Não há	COMPARTILHADO	CONTRATADA: A falta de gestão adequada da empresa pode gerar a precarização do serviço prestado, em função de deficiência de ferramentas, veículos, equipamentos e pessoal. É responsabilidade da contratada, ao mensurar seus custos, considerar todos esses fatores, de modo a assegurar a adequada execução do objeto do contrato. CONTRATANTE: É responsável pela fiscalização da execução do contrato, aplicando, se identificada alguma não conformidade,

LICITAÇÃO n º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



					as medidas contratualmente previstas, a fim de assegurar a qualidade na execução dos serviços prestados.
--	--	--	--	--	--

Obrigações de Resultado em que haverá liberdade para inovar , seja em metodologias ou tecnologias, ou seja, fração do objeto em que poderá ser modificado o delineado no anteprojeto e/ou projeto básico, a título de risco da Contratada sempre que não houver	Não há, pois a existência do conjunto de Normas, Manuais e Sistemas de Informações para execução do objeto contratado determina a adoção de padrões e procedimentos previamente definidos.
--	--

LICITAÇÃO n º 044/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00

